

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA
RECURSOS AMAZÔNICOS (PPGCTRA).

Rafael Régis Aquino Maciel

**A pobreza menstrual e a violação de direitos em um *campus* do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM) no interior do
Amazonas (Brasil)**

Discente: Rafael Régis Aquino Maciel

Orientadora: Profa. Dra. Marília Gabriela Gondim Rezende

Itacoatiara – Amazonas

2024

Rafael Régis Aquino Maciel

A pobreza menstrual e a violação de direitos em um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM) no interior do Amazonas (Brasil)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, área de concentração é recursos amazônicos e desenvolvimento socioambiental.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marília Gabriela Gondim Rezende

Itacoatiara – Amazonas

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M152p	Maciel, Rafael Régis Aquino A pobreza menstrual e a violação de direitos em um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM) no interior do Amazonas (Brasil). / Rafael Régis Aquino Maciel . 2024 110 f.: il. color; 31 cm. Orientadora: Marília Gabriela Gondim Rezende Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Pobreza menstrual. 2. desigualdade. 3. vulnerabilidade. 4. injustiça ambiental. 5. educação. I. Rezende, Marília Gabriela Gondim. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	--

À minha família, em nome dos meus pais e irmãs, que sempre me apoiaram e inspiraram. Um agradecimento com muito amor e gratidão à minha esposa, cuja presença e incentivo foram essenciais nesta jornada.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, à Nossa Senhora Aparecida, a todos os orixás e energias deste e de outros lugares que me guiaram, ofereceram proteção e me concederam a força necessária para concluir esta jornada.

Aos meus pais, Edvaldo e Cida, e às minhas irmãs, Kamila e Vitória, assim como ao meu sobrinho e afilhado, Pedro, que vão além dos laços de sangue. Vocês são meu porto seguro, a base de tudo e a verdadeira tradução do amor.

Aos meus amigos de Roraima e do Amazonas que estiveram ao meu lado ao longo de toda essa trajetória. Reconheço e valorizo a presença constante, tanto dos que me apoiaram de perto quanto daqueles que, mesmo à distância, nunca deixaram de estar presentes em todos os momentos.

Aos meus colegas mestrandos, agora mestres, do PPGCTRA, que dividiram comigo os desafios e as alegrias da pesquisa, assim como suas experiências de vida tão valiosas. Um agradecimento especial à Fernanda Paes, que se tornou uma grande amiga, e à Jackline, que foi uma fonte constante de exemplo e inspiração.

Agradeço ao Campus Itacoatiara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), onde desenvolvo minhas atividades laborais e pude realizar minha pesquisa. Sou grato por todas as condições logísticas e estratégicas que possibilitaram a execução deste trabalho nas suas dependências.

Não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas menstruantes do IFAM Campus Itacoatiara, que contribuíram de diversas formas para esta pesquisa, seja participando das oficinas, rodas de conversa ou respondendo aos formulários. Um agradecimento especial às minhas bolsistas do projeto Ciclos de Amor, Andressa, Carla Gabriele, Fabiane, Nádia e Rita, que foram fundamentais para dar início a este sonho de promover e oferecer dignidade menstrual.

Expresso também minha profunda gratidão à minha orientadora, Prof.^a Dr^a Marília Gabriela. Além de seu compromisso, competência e profissionalismo, que são inegáveis, a senhora possui um coração enorme e uma humildade rara no meio acadêmico. Agradeço por ter se disposto a ouvir minha história. Sua paciência e humanidade foram essenciais para restaurar minha autoconfiança e autoestima, permitindo que trilhássemos juntos esta jornada incrível. É por causa de pessoas e profissionais como você, Prof.^a Marília, que a educação realmente transforma e salva vidas. Muito obrigado.

À Daiane, esposa, minha companheira de vida, melhor amiga e maior entusiasta, que se tornou minha verdadeira 'co-orientadora'. Nunca soltou minha mão, mesmo quando eu mesmo já havia desistido, acreditando em mim mais do que eu conseguia acreditar. Sua presença é uma luz que aquece, ilumina e dá sentido à minha vida. Te amo.

RESUMO

A pobreza menstrual é um problema multifatorial, interligado às questões de desigualdade social, econômica e ambiental. Dessa forma, esta pesquisa objetiva verificar e analisar a possível relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual de discentes de uma das principais instituições de ensino de Itacoatiara (AM). Para o alcance e dos objetivos apresentados, o primeiro capítulo identificará a natureza da pobreza menstrual, contextualizando historicamente e socialmente a menstruação, estabelecendo uma conexão com questões de injustiça ambiental. O segundo capítulo evidenciará as diversas facetas da pobreza menstrual, destacando como essa condição afeta diretamente a vida de pessoas que menstruam, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. Cabe destacar que a falta de acesso a produtos de higiene, infraestrutura adequada e informação criam um ciclo de exclusão e desigualdade, violando direitos sociais e menstruais. O terceiro capítulo destacará as vulnerabilidades encontradas no IFAM Campus Itacoatiara, trazendo uma reflexão das nuances e complexidades do problema. Ademais, explora os fatores que contribuem para essa realidade e os impactos da pobreza menstrual na rotina e vida acadêmica dos discentes, evidenciando como a falta de recursos adequados prejudica a trajetória educacional e o bem-estar dessas pessoas. Foram utilizadas diferentes ferramentas metodológicas, tais como levantamento bibliográfico, rodas de conversa e aplicação de formulários. Diante desse contexto, pode-se inferir que, além das ações institucionais, é essencial que políticas públicas nacionais sejam fortalecidas para garantir o acesso a produtos de higiene menstrual, saneamento básico e água potável, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade social. Os dados da pesquisa revelam que a relação entre a pobreza menstrual, vulnerabilidade social e injustiça ambiental exigem uma atuação multidisciplinar e integrada, pois somente assim será possível romper o ciclo de exclusão que ainda afeta tantas pessoas que menstruam, permitindo-lhes participar plenamente da vida acadêmica, profissional e social, em condições de igualdade.

Palavras-chave: Pobreza menstrual, desigualdade, vulnerabilidade, injustiça ambiental, higiene e educação.

ABSTRACT

Menstrual poverty is a multifactorial problem, linked to issues of social, economic and environmental inequality. Therefore, this research aims to verify and analyze the possible relationship between social vulnerability, violation of rights and menstrual poverty among students at one of the main educational institutions in Itacoatiara – AM. To achieve and understand the objectives presented, the first chapter addresses the identification and nature of menstrual poverty, contextualizing menstruation historically and socially, establishing a connection with issues of environmental injustice. The second chapter delves into the various facets of menstrual poverty, highlighting how this condition directly affects the lives of people who menstruate, especially in contexts of social vulnerability. The lack of access to hygiene products, adequate infrastructure and information creates a cycle of exclusion and inequality, violating social and menstrual rights. The third chapter focuses on the vulnerabilities found at IFAM Campus Itacoatiara, reflecting on the nuances and complexities of the problem. It explores the factors that contribute to this reality and the impacts of menstrual poverty on students' routine and academic lives, highlighting how the lack of adequate resources harms the educational trajectory and well-being of these people. Different methodological tools were used, such as bibliographical research, conversation circles and application of forms. In addition to institutional actions, it is essential that national public policies are strengthened to guarantee access to menstrual hygiene products, basic sanitation and drinking water, especially in the most vulnerable regions. The research data reveals that the relationship between menstrual poverty, social vulnerability and environmental injustice requires multidisciplinary and integrated action, as only in this way will it be possible to break the cycle of exclusion that still affects so many people who menstruate, allowing them to fully participate in academic life , professional and social, on equal terms.

Keywords: Menstrual poverty, inequality, vulnerability, environmental injustice, hygiene and education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Roda de conversa sobre Pobreza Menstrual	30
Figura 2 - Roda de conversa sobre Pobreza Menstrual	31
Figura 3 - Etapas metodológicas do estudo	32
Figura 4 - Fases da análise de conteúdo	33
Figura 5 - IFAM campus Itacoatiara	34
Figura 6 - Dados da pobreza menstrual no Brasil	42
Figura 7 - Roda de conversa do Projeto Ciclos de Amor	80
Figura 8 - Bolsistas do Projeto Ciclos de Amor	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marco lógico-metodológico da pesquisa	35
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária das pessoas que menstruam do IFAM campus Itacoatiara.....	44
Gráfico 2 - Idade de ocorrência da menarca	45
Gráfico 3 - Área onde reside	47
Gráfico 4 - Acesso à água encanada em casa.....	65
Gráfico 5 - Acesso a banheiro em casa	66
Gráfico 6 - Acesso à itens de higiene menstrual	67
Gráfico 7 - Conforto para falar sobre menstruação em casa.....	70
Gráfico 8 - Dificuldade no acesso à medicamentos no período menstrual.....	71
Gráfico 9 - Acesso a banheiro em boas condições de uso na escola	79
Gráfico 10 - Oferta de itens de higiene menstrual no IFAM	79
Gráfico 11 - Contato com pessoas que não tem acesso à itens de higiene menstrual.....	82
Gráfico 12 - Fonte de informação sobre corpo, saúde e higiene menstrual	83
Gráfico 13 - Itens de saneamento básico disponíveis em casa.....	85
Gráfico 14 - Assiduidade escolar no período menstrual	87
Gráfico 15 - Deixa de fazer atividades no período menstrual.....	88

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CAE	Coordenação de Assistência ao Educando
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
SED/SC	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
EUA	Universidade do Estado do Amazonas
ONU	Organização das Nações Unidas
PENSE	Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS.....	19
2.1 OBJETIVO GERAL:.....	19
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	19
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	20
3.1 Contexto Histórico e Social da Menstruação	20
3.2 Compreensão de menstruação.....	22
3.3 Pobreza menstrual.....	24
3.4 A pobreza e a sua relação com o desenvolvimento sustentável	27
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
4.1 Área de Estudo	33
4.2 Contexto Institucional: IFAM e suas contribuições para a região.....	34
4.3 Marco lógico-metodológico	35
4.4 Procedimentos Éticos	35
CAPÍTULO 1: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES E COMPLEXAS ACERCA DA NATUREZA DA POBREZA MENSTRUAL	36
Pobreza Menstrual.....	37
Justiça Ambiental e a necessidade de um debate interdisciplinar	46
O papel da tributação na pobreza menstrual	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	58
CAPÍTULO 2: EXPLORANDO AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS PESSOAS MENSTRUANTES DA ÁREA DE ESTUDO.	63
Direitos Sociais e Menstruais: As Violações na Pobreza Menstrual	64
Fatores associados à pobreza menstrual.	66
Vencer o tabu da menstruação é necessário	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	74
CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO ENTRE A VULNERABILIDADE SOCIAL E A MATERIALIZAÇÃO DA POBREZA MENSTRUAL.....	76
As vulnerabilidades e possibilidades presentes no IFAM Campus Itacoatiara	77

A representação da pobreza menstrual na vida escolar	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXO I	96
ANEXO II	99
ANEXO III	102
ANEXO IV	105
ANEXO V	106
ANEXO VI.....	107

MEMORIAL

A proposta do memorial surge como oportunidade de compartilhar o contexto em que surgiu o interesse de investigar o tema exposto neste trabalho e também para me estabelecer enquanto sujeito epistêmico da pesquisa.

Sou enfermeiro da rede federal de ensino desde 2018 e do IFAM campus Itacoatiara desde 2020, lotado na Coordenação de Assistência ao Educando (CAE), membro de uma equipe multiprofissional composta também por Psicóloga e Assistente Social, o setor visa atender as necessidades do discente como ser integral. Dentro da CAE, para além das consultas de enfermagem, busco ampliar as condições de acesso, permanência e êxito, possibilitando aos discentes a participação em atividades educativas, projetos de ensino, minimizando as desigualdades, contribuindo para a redução da evasão escolar, melhoria no desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial.

Dentro das inúmeras demandas diárias que surgem na CAE, uma se destaca, a menstruação e os seus desdobramentos como a cólica e a dificuldade de acesso aos itens de higiene menstrual. A partir deste cenário e dos desafios inerentes ao mesmo surgiu então o interesse em trabalhar com essa temática específica observando a possibilidade de compreender as modalidades de violações de direitos vivenciadas pelos (as) discentes que menstruam, não apenas do IFAM, mas também na sociedade Itacoatiarense.

INTRODUÇÃO

De acordo com o IBGE (2022), em termos populacionais e sob o ponto de vista econômico, Itacoatiara é um dos municípios que mais cresce no interior do estado do Amazonas, pois possui um aparato educacional promissor, uma vez que conta com a presença das principais instituições de ensino do estado como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), entre outras importantes instituições.

Itacoatiara possui ainda estrutura portuária, rodoviária, comercial, agroindustrial e agronegócio de exportação (grãos de soja e milho pelo porto graneleiro). Regionalmente é conhecida por ser o maior produtor de abacaxi do Amazonas e um dos maiores produtores do país, tendo como referência as vilas do Novo Remanso e Engenho. Dessa forma, evidencia-se um significativo potencial de crescimento socioeconômico do município e da região.

O município está localizado em uma região estratégica, do ponto de vista logístico, uma vez que há uma proximidade de saída para o Oceano Atlântico e, consequentemente, com o Canal do Panamá, fazendo com que o tempo de transporte de cargas seja menor em relação aos outros portos do país localizados nas regiões Sul e Sudeste, trazendo benefícios como a redução dos custos no percurso e o combustível (BUENO *et al*, 2014).

Assim como acontece em muitas cidades brasileiras, nem sempre o potencial econômico de uma cidade é acompanhado pelo desenvolvimento social. Em Itacoatiara não é diferente, a cidade apresenta diversos problemas relacionados à saúde pública e à geração de renda. Essas demandas foram acentuadas pela crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, necessitando de ações que contribuam para mitigar as dificuldades que enfrentam. Neste contexto, os atingidos com maior intensidade são aqueles que vivem na informalidade, que residem em áreas mais vulneráveis, ou seja, que têm rendimentos baixos e irregulares, sem acesso à água potável, moradia digna, sistemas de saúde de qualidade, sistema de proteção social, entre outros.

A escolha do campus Itacoatiara do Instituto Federal do Amazonas como local de pesquisa empírica se deu de maneira muito natural e justifica-se dada a observação frequente de situações relacionadas a vulnerabilidades sociais, incluindo a pobreza menstrual.

Logo a decisão de realizar a pesquisa também foi impulsionada pela necessidade de compreender como esse fenômeno se manifesta no contexto escolar, onde, infelizmente, diversas situações relacionadas a essa temática são vivenciadas. Essa proximidade gera inquietações sobre suas implicações e desafios, destacando a importância de abordar a pobreza menstrual de forma ampla e consciente dentro da comunidade acadêmica.

Com cerca de 450 discentes matriculados de diferentes grupos sociais, o campus apresenta um cenário diversificado e rico em elementos que favorecem a investigação dessa questão.

Por meio do Projeto Segue o Fluxo, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (2022), destaca que algumas implicações na saúde mental podem ser observadas em decorrência do período menstrual, tanto de forma direta como indireta. As relacionadas de forma direta ao ato de menstruar, se pode citar, os efeitos emocionais das alterações neuroquímicas, diretamente relacionadas às oscilações hormonais. Essas experiências são muito particulares, sendo possível experimentar a alteração no nível de tristeza, surgimento da ansiedade, oscilação da sensibilidade e irritabilidade, entre outros.

As que têm relações indiretas estão geralmente relacionadas com o desconhecimento que reforçam alguns tabus e são gatilhos para sentimentos como a vergonha, sensação de incapacidade, medo e insegurança. Boa parte dessas questões podem ser resolvidas por meio do diálogo, rodas de conversa em que se permita abordar assuntos como ciclo menstrual e fisiologia humana. Pode ser observado também uma relação com impactos biológicos e sociais, níveis de estresse elevados, sofrimentos psíquicos de forma geral e mal-estar.

Andrade (2022) acredita que vivemos em uma sociedade capitalista, capacitista e produtivista, e que tem cobrado, mesmo sem dar condições, disposição para o trabalho, alegria e produção. Esse estilo de vida pode acarretar

grandes prejuízos à saúde das pessoas. A vida sedentária, a dificuldade de encontrar tempo e energia para prática de atividades físicas ou a falta de oportunidade para viajar, realizar passeios ou alguma outra forma de interação social podem ter consequências intimamente ligadas ao ciclo menstrual.

Nesse contexto, Balandier (1997) já trazia em sua obra reflexões acerca da desordem no cotidiano, onde a caoslogia surge como uma das maiores invenções e que provavelmente revolucionaria a história das civilizações, uma vez que pelo olhar da caoslogia a banalidade é elevada à categoria de grande mistério, problemas que antes eram vistos como supérfluos agora ganham status digno de reflexões eruditas.

Balandier (1997) aponta que, atualmente, a comunidade científica se reinventa e se utiliza de meios que conduzem ao caos, movimento antagônico ao que fora produzido. Assim, a menstruação antes vista como um problema e condição exclusiva das pessoas que possuem útero, hoje segue o caminho do caos e da desordem, deixando em evidência as consequências da pobreza menstrual, sejam elas relativas à saúde física, mental ou nas violações de direitos como a dificuldade de acesso ao saneamento básico ou a permanência e êxito na escola em virtude da dificuldade de acesso aos itens de higiene menstrual.

Diante do exposto, apresenta-se a seguinte questão central da pesquisa: Existe uma relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual dos discentes do Instituto Federal de Educação do Amazonas - campus Itacoatiara?

Neste contexto, esta pesquisa objetivou analisar a relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual de discentes de uma das principais instituições de ensino de Itacoatiara, no estado do Amazonas.

A relevância da proposta se dá uma vez que o tema está pautado em uma metodologia participativa visando não só obter dados, como também a construção de conhecimento colaborativo e a articulação de diálogo entre os sujeitos sociais partícipes. Além disso, este estudo pode contribuir para a disseminação do tema que é extremamente importante para garantir a

execução das políticas públicas, como a Lei 14.214 de 06 de outubro de 2021 e pelo Decreto 11.432 de 08 de março de 2023 que regulamenta o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.

Para o alcance e compreensão dos objetivos específicos apontados a seguir, a discussão deste trabalho foi organizada em 03 (três) capítulos. O 1º capítulo traz informações quanto a identificação e a natureza da pobreza menstrual, faz ainda uma contextualização histórica e social da menstruação, e posteriormente estabelece uma relação com as questões da injustiça ambiental.

O 2º capítulo explora as diferentes faces da pobreza menstrual, mostrando como esse grave e complexo problema afeta diretamente a vida de quem menstrua, especialmente para aqueles expostos às situações de vulnerabilidade social. A falta de acesso a produtos de higiene, infraestrutura adequada e informação reforçam um ciclo de exclusão e desigualdade, violando direitos sociais e menstruais.

O 3º capítulo explora as vulnerabilidades presentes no IFAM Campus Itacoatiara relacionadas à pobreza menstrual, destacando as nuances e complexidades desse problema. Dessa forma, este capítulo apresenta os fatores que contribuem para essa realidade e como isso afeta a rotina e a vida acadêmica das pessoas envolvidas, evidenciando os desafios e os impactos da falta de recursos adequados na trajetória educacional e no bem-estar dessas pessoas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar a relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual das discentes de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no interior do Amazonas - campus Itacoatiara.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar a natureza da pobreza menstrual;
- Compreender as modalidades de violações de direitos vivenciadas pelas mulheres/meninas da área de estudo;
- Descrever a relação entre a vulnerabilidade social e a materialização da pobreza menstrual.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA MENSTRUACÃO

Hoje, com os avanços da medicina, da pesquisa e do desenvolvimento da ciência é possível saber que a menstruação é um processo natural que ocorre no corpo das pessoas que têm útero. Também é possível ter a compreensão de que o ciclo menstrual pode ser afetado por diversos fatores, como o estresse, a alimentação inadequada, os exercícios físicos intensos ou as doenças do útero.

Entretanto, nem sempre foi assim. Na antiguidade, a menstruação era frequentemente associada a ideias supersticiosas ou mitológicas. Em algumas culturas acreditava-se que as mulheres menstruadas possuíam poderes mágicos ou eram, muitas vezes, consideradas impuras, em alguns casos, essas mulheres eram até excluídas de certas atividades (GUADAGNUCCI; GROHMANN, 2016).

A origem do termo menstruação está intimamente ligada ao ciclo de fertilidade das mulheres. Não há registro certo da origem desse ciclo na história, no entanto, a própria Bíblia traz essa abordagem desde a origem da própria existência humana, onde a menstruação era uma das consequências determinadas à Eva pelo “pecado original” (XAVIER, 2022). É comum em trechos bíblicos a associação da menstruação com a impureza e a sujeira (Le 12:2; Ez 22:10; 36:17), se traduzida direta do hebraico, a palavra *niddáh*, nos remete a “impureza menstrual”, como apontado em (Le 15:25, 26) o que nos leva a crer que desde 1450 A.C. o demérito ligado à menstruação já existia.

Da mesma forma que a bíblia, outros livros históricos também reforçam o caráter danoso da menstruação, como a primeira enciclopédia latina, datada de 73 A.C., onde é afirmado que o simples contato com a menstruação levava as pessoas ao poder de azedar bebidas, devastar plantações, secar jardins, entre outros (DRUET, 2017).

Na perspectiva de Coutinho (1996), o ciclo menstrual das mulheres na pré-história iniciava normalmente aos 18 anos, por consequência de um quadro de subnutrição ocasionado pelas longas caminhadas e pela escassez de alimentos que a vida nômade exigia das mulheres da época.

É importante destacar que boa parte do acervo dos levantamentos antropológicos e históricos sobre o comportamento das sociedades que abordam o tema menstruação e a forma que se lidava com ela no tempo e em determinado grupo social, foi realizada por historiadores e antropólogos homens, o que pode ter contribuído para uma distorção da forma em que as mulheres e a comunidade lidavam com o sangue menstrual e com seus ciclos (KING, 2017).

Fica evidente aqui um exemplo claro do que é ter um “lugar de fala” sendo ocupado por outros. Ribeiro (2019) realça em sua obra que o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas.

Durante a Renascença, conforme destaca Carvalho (2009), movimentos culturais, econômicos e políticos que emergiram na Itália entre os séculos XIV e XVII se espalharam por toda a Europa, criando condições para que a ciência retomasse suas atividades. Essa nova era permitiu o estudo da circulação sanguínea e da anatomia feminina, possibilitando a compreensão da fisiologia do útero e afastando conceitos fantasiosos e absurdos que eram comuns na época.

No âmbito da medicina, o conceito de menstruação foi evoluindo ao longo do tempo, como destacam Carvalho e Falkenbach (2009, p.1):

Hipócrates, não tendo condições de examinar cadáveres humanos, acreditava que o útero fosse subdividido internamente, formando inúmeras subdivisões e saliências, e que o seu interior contivesse tentáculos e ventosas. Ainda assim Hipócrates foi quem primeiro analisou o fenômeno da menstruação, atribuindo ao mesmo uma função benéfica à saúde.

Para Hipócrates, que é considerado o pai da medicina moderna ocidental, a menstruação era causada pelo excesso de sangue no corpo das mulheres, e a sua falta poderia levar a problemas de saúde (CARVALHO, 2009).

Somente no final do século XIX e início do século XX, com a descoberta dos hormônios, estrógeno e progesterona, responsáveis pelo desenvolvimento das características sexuais da mulher, a explicação sobre o misterioso sangramento das mulheres começou a ganhar destaque (COUTINHO, 1996).

Coutinho (1996), também destaca que, com o passar do tempo, foram utilizados diferentes métodos para administrar e regular a menstruação. Por exemplo, na Antiguidade, eram usados tecidos, algodão ou até mesmo musgo como absorventes improvisados para as pessoas que menstruavam. Já no século XIX, os primeiros absorventes descartáveis foram inventados, já feitos de algodão e celulose. Posteriormente, nos anos 30, os primeiros absorventes higiênicos com adesivos foram lançados no mercado.

Desta forma, a partir dessa miríade intelectual, foi possível compreender como ocorre a menstruação, um fenômeno inteiramente direcionado pela atividade endócrina do ovário, cuja repetição mensal resulta exclusivamente de uma falha reprodutiva (COUTINHO,1996).

3.2 COMPREENSÃO DE MENSTRUÇÃO

O entendimento sobre o que é e como ocorre a menstruação pode parecer simples. Entretanto, existem alguns detalhes que tornam as experiências das pessoas que menstruam traumáticas. Como por exemplo, entender que o processo menstrual é um ciclo, sendo essa uma experiência individual e que sensações e sentimentos podem ficar mais intensos e confusos nesta fase.

De acordo com BRASIL. Ministério da Saúde (2013, p.37):

A menstruação é a eliminação cíclica (mensal) de sangue e tecidos de dentro do útero pela vagina, a partir do amadurecimento dos órgãos sexuais e reprodutivos, tendo duração média de 3 a 8 dias e podendo variar de organismo para organismo.

É importante, sempre que possível, destacar que a menstruação é um processo natural, saudável e fisiológico das pessoas que possuem útero.

Seguindo essa linha de raciocínio, Teixeira (2012) reforça que o ciclo menstrual é um fenômeno biológico que ocorre em mulheres onde a característica mais notável é o fluxo sanguíneo vaginal, destacando-se também o caráter cíclico que ocorre como resultado direto de variações das concentrações hormonais secretadas pelo eixo hipotálamo-hipófise-gonadal.

Através do Projeto Segue o Fluxo, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (2022), define o ciclo menstrual como um processo fisiológico,

portanto, natural, que compreende um período de 28 dias, podendo variar de pessoa para pessoa, definindo o ciclo entre o primeiro dia da menstruação atual e a próxima menstruação. A Secretaria alerta, ainda, que é durante a menstruação que os hormônios progesterona e estrogênio sofrem variações nos seus níveis de concentração, das quais resultam as alterações no endométrio, tecido que reveste o útero internamente, fazendo com que o corpo esteja pronto para uma gestação. Nesse ínterim, outros órgãos que possuem receptores hormonais passam por alterações fisiológicas, o que pode resultar em sinais e sintomas que, de acordo com a fase do ciclo, podem variar.

Andrade (2022) ressalta que é essencial levar em consideração os impactos psicológicos e sociais que podem estar relacionados com a menstruação, para além das questões biológicas que envolvem o ciclo menstrual. Algumas mudanças na rotina de trabalho ou de estudo podem ocorrer em virtude do ciclo menstrual, dependendo da idade e das fases da menstruação.

Os impactos sociais já citados anteriormente podem ser grandes, carregando grandes desconfortos e mudanças no cotidiano, mas também podem ser pequenos, e às vezes até imperceptíveis, influenciando assim em mudanças e desconfortos no cotidiano. Já entre as pessoas que menstruam, e estão em idade escolar, os impactos sociais provavelmente se darão nesse espaço, podendo refletir negativamente no desempenho escolar (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 2022).

É possível observar que algumas situações do cotidiano das pessoas que menstruam podem sofrer alterações em virtude do processo menstrual, por exemplo, nas faltas que não podem ser justificadas à escola, à universidade ou ao trabalho. Ou o receio, a dificuldade ou mesmo a recusa em participar de atividades que envolvam a exposição corporal, como aulas de educação física, recreação, dinâmicas e jogos refletem o impacto social a que essas pessoas estão expostas.

Dessa forma, fica, então, evidente a necessidade de trabalhar a empatia nas pessoas que não menstruam e, assim, desenvolver a cautela para que não se confundam os impactos sociais e os inúmeros impactos psicológicos

mencionados anteriormente, com a reprodução de fantasias ou de afirmações errôneas sobre a menstruação, principalmente as que sugerem que a pessoa, durante o período menstrual, fica impossibilitada de fazer esforço físico, ou aquelas que criam estigmas e uma ideia totalmente machista e equivocada de que se “perde a sanidade” ou “o equilíbrio emocional” como consequência do período menstrual (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 2022).

Assim sendo, ficam evidentes as inúmeras questões envolvidas a partir do momento em que uma pessoa menstrua, seja pela primeira vez ou não. Abordar esse assunto, independente do ambiente, de forma natural, cuidadosa e responsável, irá contribuir positivamente para a promoção da saúde menstrual, garantirá a preservação dos seus direitos sexuais e reprodutivos, contribuirá para a equidade de gênero, para a autonomia corporal e, de forma geral, na garantia dos Direitos Humanos (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 2022).

E para encerrar uma de suas diversas etapas, o Projeto Segue o Fluxo chama a atenção para a necessidade de esclarecer que, ao contrário do que algumas crendices sem fundamentos científicos insistem em afirmar, a menstruação não é um fenômeno que deixa a mulher suja, ou que prejudique sua saúde, é justamente o inverso: o processo menstrual é positivo e saudável do ponto de vista biológico, e a possibilidade de experimentar um ciclo menstrual completo é um dos sinais mais importantes da saúde reprodutiva e sexual (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, 2022).

3.3 POBREZA MENSTRUAL

A luta pela compreensão e o desenvolvimento de estratégias para erradicar a pobreza menstrual têm ganhado muito espaço na mídia, nos ambientes acadêmicos e nas casas legislativas no Brasil, muito em função da Lei Federal n. 14.214, que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.

A referida lei visava combater a precariedade menstrual, caracterizada pela falta de acesso a produtos de higiene e outros itens necessários durante a

menstruação, ou pela insuficiência de recursos para adquiri-los. Além disso, buscava garantir cuidados básicos de saúde, promovendo a inclusão das mulheres em ações e programas voltados para a proteção da saúde menstrual.

Em 8 de março de 2023, no Dia Internacional da Mulher, o Governo Federal promulgou o Decreto n. 11.432, instituindo o Programa Dignidade Menstrual. Essa iniciativa é uma colaboração entre os Ministérios da Saúde, das Mulheres, da Justiça e Segurança Pública, da Educação, dos Direitos Humanos e da Cidadania, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O decreto regulamenta a Lei n. 14.214/2021.

Em fevereiro de 2024, o Programa Dignidade Menstrual começou a distribuir gratuitamente absorventes nas farmácias populares. Além da distribuição contínua e gratuita de absorventes, o programa também visa alcançar outros objetivos importantes, como os apontados a seguir:

- Desenvolver ações educativas e de formação sobre saúde menstrual, abordando temas como menarca, prevenção de infecções e doenças, e combatendo estigmas e mitos associados ao ciclo menstrual;
- Assegurar atendimento qualificado nas unidades de saúde, que considere as necessidades específicas das beneficiárias do programa;
- Promover a equidade de gênero e reduzir desigualdades, reconhecendo o impacto positivo da dignidade menstrual;
- Estimular o autocuidado, com foco nos efeitos físicos e emocionais da menstruação e do período pré-menstrual.

Simone de Beauvoir (1949) já chamava atenção para o fato de haver um silenciamento, desde a infância, sobre assuntos como a menstruação para meninas. A temática ainda hoje é tabu em muitos lares, o que acaba impedindo o acesso a informações valiosas, como a transformação do seu corpo, os processos fisiológicos que estão acontecendo, a primeira menstruação e os cuidados necessários.

Mas o que se vê em casa e nos demais ambientes é justamente o contrário, as informações replicadas sugerem que a menstruação será o pior período do mês, exageram que as dores e alterações de humor serão

constantes, e projetam o sangue como algo sujo e vergonhoso (Sardenberg, 1994). Dessa forma, o ciclo menstrual assume um papel cheio de rejeição e desconforto, projetando na mulher, a partir da primeira menstruação, uma imagem suja e indigna (BEAUVOIR, 1949).

O ciclo menstrual é uma experiência muito pessoal, pois cada pessoa vivencia essa fase de uma maneira diferente, e se torna solitária em função da falta de informação de qualidade e dos constrangimentos ao abordar o assunto (CAMPAGNA & SOUZA, 2006).

Muitas pessoas que menstruam não conseguem conversar sobre a primeira menstruação e sobre toda a avalanche de sensações nem com as suas mães, tamanha a vergonha e o constrangimento para abordar o assunto. Dessa forma, as famílias acabam fechando um canal que poderia favorecer o diálogo, possibilitando esclarecer dúvidas e desenvolver autonomia para lidar com a menstruação. Com a impossibilidade do diálogo, as pessoas que menstruam acabam buscando ajuda com estranhos ou em outras fontes. Assim, a menstruação se torna um processo vivido isoladamente, não compartilhado com a família, nem com amigos (CAMPAGNA & SOUZA, 2006).

Portanto, a inexistência de um debate sério, propositivo e responsável, sobre a menstruação e todas as suas demandas, joga uma camada de invisibilidade sobre a temática, prejudicando uma relação que já é complexa, a da mulher com seu corpo em uma sociedade machista, fortalecendo a marginalização existente acerca do tema (RATTI; AZZELLINI; BARRENSE & GROHMANN, 2015).

Verificamos, assim, que a pobreza menstrual é ainda mais profunda e abrangente do que a dificuldade de acesso aos absorventes, ou aos demais itens de higiene menstrual.

3.4 A POBREZA E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015, durante Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Nova York, contando com a participação de 193 países-membros, foi criada a Agenda 2030 da ONU, um plano global para atingirmos em 2030 um mundo mais justo e correto, em diversos aspectos, para todos os povos e nações. Nela, foram estabelecidos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O ODS1, que visa acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, considera que o desenvolvimento sustentável acontece quando as dimensões econômicas, sociais e ambientais atuam de forma complementares e integradas. Somente por meio dessa relação equilibrada é que se alcançará um padrão de desenvolvimento com capacidade de atender às necessidades da população, principalmente dos mais vulneráveis.

Endossando esse pensamento, Tavares (2022) acrescenta outro dado importante para a discussão, a saber, que a preocupação com as causas sociais também está diretamente ligada ao sucesso na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Segundo Sachs (1995), o desenvolvimento sustentável deve ser integrado e inclusivo. Torna-se integrado ao alinhar suas dimensões econômica, social e ambiental. E é inclusivo quando coloca todos os seres humanos no centro das estratégias de desenvolvimento, destacando que não é possível alcançá-lo sem essa abordagem.

Nesse sentido Zeifer *et al.* (2020, p. 17) destacam:

Mais do que uma agenda ideológica, com metas a serem (possivelmente) buscadas, ela é o compromisso de um ideal comum para o melhoramento da condição humana em todos os seus aspectos, pensados coletivamente, com coerência e interação, em favor não somente da nossa geração, mas especialmente das gerações futuras no respeito ao ambiente em que vivemos, alavancando a economia de forma sustentável e reduzindo as desigualdades vivenciadas pela grande maioria das Nações.

A relação entre pobreza e o desenvolvimento sustentável, como já destacado anteriormente, é complexa e multifacetada. A pobreza está frequentemente associada à desigualdade social e econômica. Um desenvolvimento sustentável requer a redução das disparidades na distribuição de recursos e oportunidades. A desigualdade pode levar à exclusão de certas comunidades dos benefícios do desenvolvimento. A população exposta à pobreza precisa ocupar um papel de protagonismo na busca pelo desenvolvimento sustentável, entretanto é justamente a sua situação socioeconômica que a expõe, a condições opostas ao propósito inicial.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, do ponto de vista metodológico, tem caráter qualiquantitativo e exploratório (CRESWELL, 2010). As pesquisas qualitativas possibilitam o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo, além das suas relações, valorizando o contato direto com a situação, à medida que a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (GIL, 2019).

Após a escolha do recurso metodológico, o segundo ponto de partida deste trabalho se deu na definição de pessoas que menstruam, uma vez que o termo será utilizado como recorte para análise dos dados. Pessoas de todos os gêneros podem menstruar, uma vez que, ao contrário da identidade de gênero, a menstruação diz respeito ao sexo biológico. Nessa condição, qualquer pessoa com útero e vagina irá menstruar, salvo aquelas que utilizam algum mecanismo para interromper o fluxo (FLEURITY, 2023).

Além desse recorte, uma extensa revisão bibliográfica englobando artigos publicados em periódicos, livros e outras literaturas que tratam do tema. Consideramos as seguintes características do público-alvo desta pesquisa para a amostra: idade, menarca, endereço residencial, classe social, localização da escola, dentre outras que sejam pertinentes ao estudo, pois é de suma importância a compreensão da realidade das pessoas que menstruam e como essas são afetadas pela dificuldade de acesso aos seus direitos menstruais.

Em seguida, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão junto aos participantes da pesquisa. Os critérios de inclusão utilizados foram: ser uma pessoa que menstrua, aceitar participar da pesquisa, ser discente do IFAM Campus Itacoatiara, e ter entre 14 e 45 anos de idade. Já os critérios de exclusão foram: demonstrar desinteresse em participar da pesquisa, não participar das rodas de conversa que antecedem a aplicação do questionário, não entregar os termos de consentimento devidamente assinados e não ser uma pessoa que menstrua.

Com a autorização da direção do campus, e o acordo dos professores, iniciaram-se as coletas de dados em sala de aula. As atividades foram realizadas

separadamente em cada turma, respeitando a disponibilidade de tempo, as individualidades e a faixa etária dos alunos. Dessa maneira, todos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, bem como uma turma do curso subsequente ao Ensino Médio, foram contemplados. Os cursos incluíram Administração, Agropecuária e Manutenção e Suporte em Informática, abrangendo diversos perfis de discentes.

Figura 1 - Roda de conversa sobre Pobreza Menstrual



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Antes de iniciar a coleta de dados, foram realizadas rodas de conversa a fim de instrumentalizar os participantes com informações sobre o que é, e como combater a pobreza menstrual. Munidos dessas informações, os discentes ficariam, em tese, mais confortáveis para interagir na atividade e mais seguros para responder ao formulário de entrevista.

Na mesma oportunidade, foram apresentados diferentes tipos de absorventes disponíveis no mercado, além de orientações sobre seu uso e dicas de higiene menstrual. Todos os alunos, menstruantes ou não, participaram dessas discussões.

Ao final de cada roda de conversa, um formulário de entrevista semiestruturada, com perguntas fechadas e abertas, foi aplicado com o objetivo de estimular a troca inicial de experiências e socializar conhecimentos a respeito da temática da pesquisa.

O formulário buscou informações sobre a idade atual, ocorrência da menarca, condições de moradia, infraestrutura da escola, possibilidade de contato com pessoas que vivenciam a pobreza menstrual, acesso à informação de qualidade, à água e aos itens de higiene menstrual.

Figura 2 - Roda de conversa sobre Pobreza Menstrual

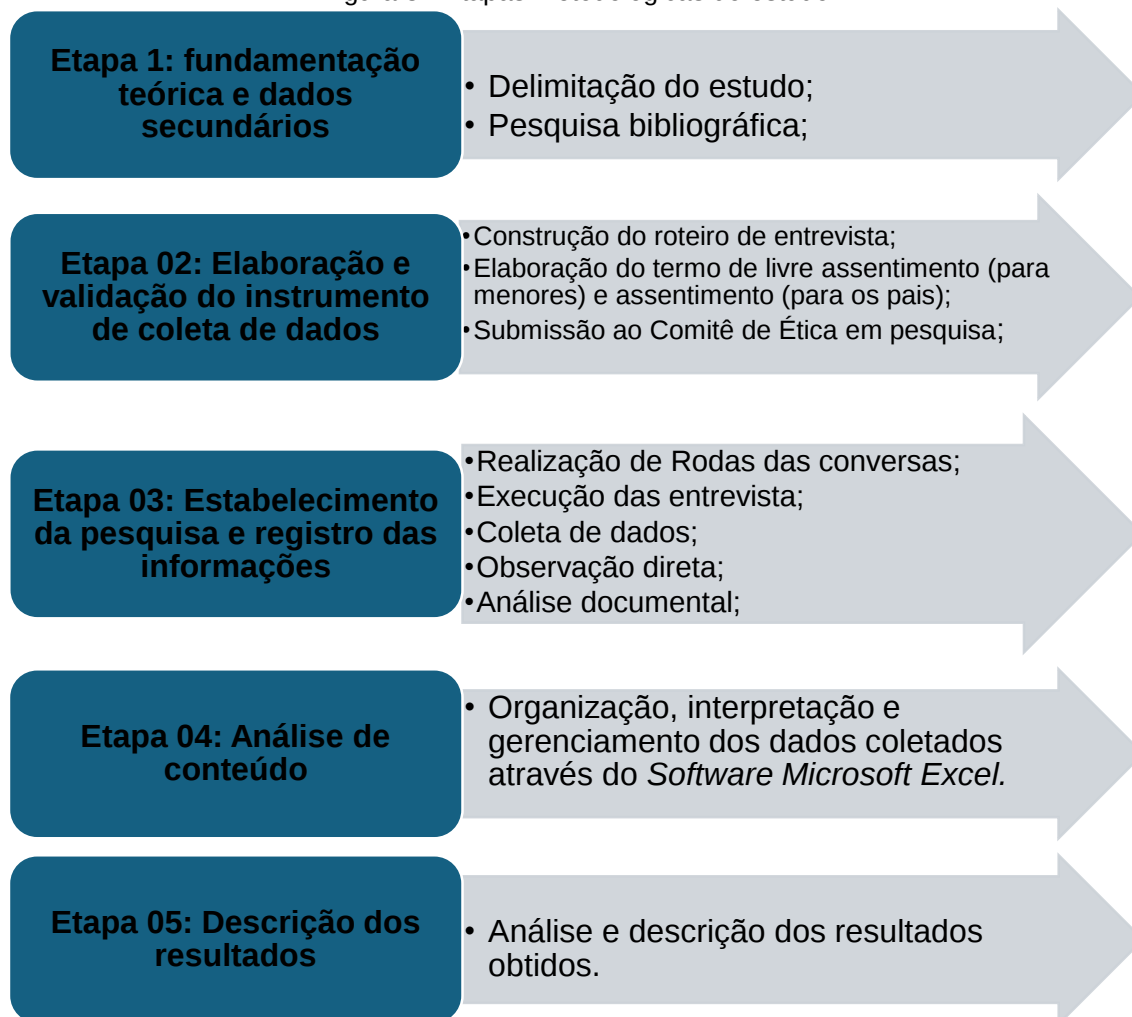


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O IFAM Campus Itacoatiara possui atualmente 525 alunos regularmente matriculados, 119 participaram da pesquisa. Os dados obtidos através da aplicação dos formulários foram dispostos no programa Excel, tornando possível a representação gráfica dos diferentes contextos abordados.

A pesquisa se desdobrou de acordo com as seguintes etapas:

Figura 3 - Etapas metodológicas do estudo

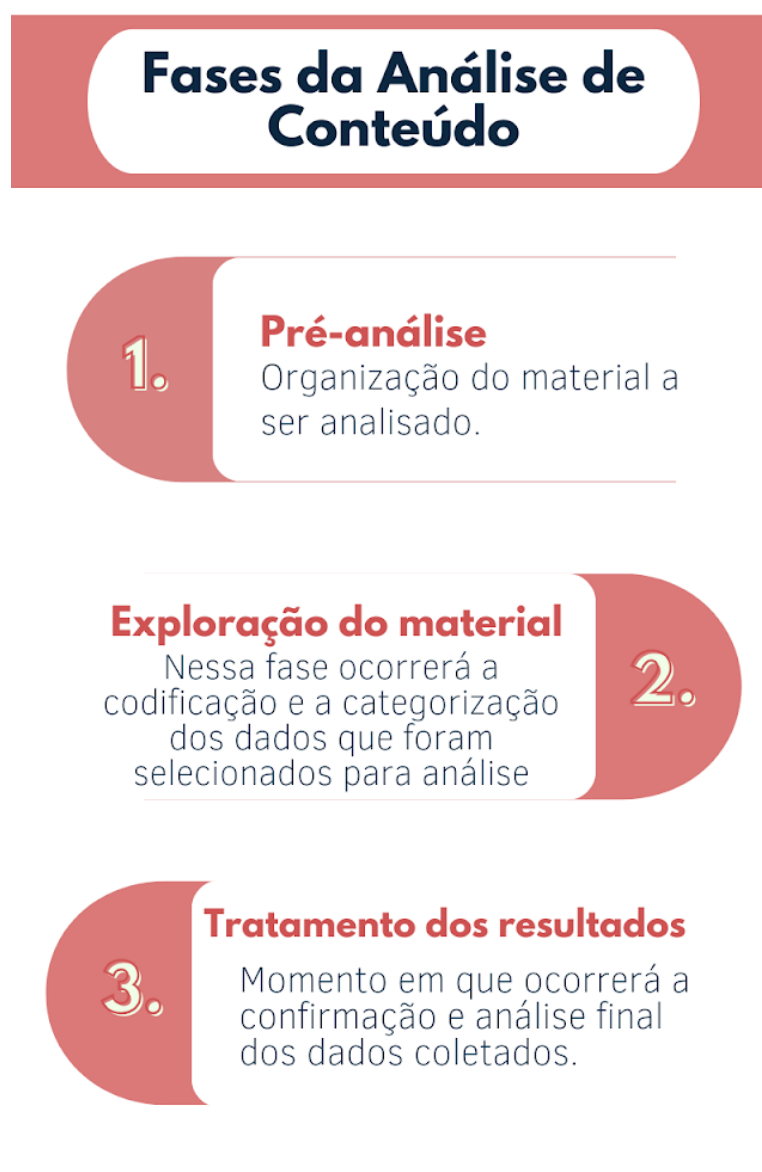


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

A proposta de Bardin (2011) para a análise de conteúdo enfatiza a análise categorial, e se apresenta como um conjunto de técnicas que permite a análise de dados por meio de uma metodologia sistemática, possibilitando descrever o conteúdo de mensagens que podem estar em forma de textos, áudios, imagens, entre outros.

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é composta por três fases, conforme a figura a seguir:

Figura 4 - Fases da análise de conteúdo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

4.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Campus Itacoatiara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) na cidade de Itacoatiara, região metropolitana de Manaus, localizada a 268 km da capital do estado do Amazonas.

Figura 5 - IFAM campus Itacoatiara



Fonte: Setor de Comunicação do IFAM, 2023.

A cidade onde está localizada a instituição é a terceira mais populosa do estado, com 104.046 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

4.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL: IFAM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A REGIÃO

A instituição escolhida para o desenvolvimento do estudo é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) campus Itacoatiara (CITA), que foi implantado em 2014 por meio de uma estratégia de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tendo como uma das missões e perspectivas o atendimento às demandas locais através da oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade que refletissem, dentre outros desafios, práticas e saberes voltados para a melhoria da qualidade de vida da população da região. O IFAM campus Itacoatiara atende discentes de diversos bairros da cidade, além de comunidades rurais, quilombolas e ribeirinhas da região.

O local selecionado foi uma instituição com um elevado volume de estudantes, inclusive aqueles e aquelas que menstruam, sendo moradores e moradoras da região urbana e rural de Itacoatiara, uma parcela em situação de

vulnerabilidade social, e que podem estar sofrendo as consequências da pobreza menstrual.

4.3 MARCO LÓGICO-METODOLÓGICO

O marco lógico-metodológico tem por finalidade destacar todas as ferramentas fundamentais para a construção da pesquisa, organizando e estruturando as informações de maneira clara, de modo a facilitar a compreensão dos objetivos, atividades, resultados esperados e indicadores de sucesso do projeto.

Quadro 1 - Marco lógico-metodológico da pesquisa

Objetivos específicos	Ferramentas metodológicas utilizadas
Identificar a natureza da pobreza menstrual;	Revisão Bibliográfica/entrevista
Compreender as modalidades de violações de direitos vivenciadas pelas mulheres/meninas da área de estudo;	Entrevista/ roda de conversa/ observação direta/revisão bibliográfica
Descrever a relação entre a vulnerabilidade social e a materialização da pobreza menstrual.	Revisão bibliográfica / Entrevista /roda de conversa/ Análise documental

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

4.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Nesta etapa do planejamento, mediante a obtenção da carta de anuência da instituição de ensino participante, e da aprovação junto ao CEP/UFAM, deu-se início à segunda fase do trabalho, em que foram realizadas visitas à instituição e, em seguida, por meio de rodas de conversas, uma metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos (JUCÁ *et al*, 2016), o tema foi abordado com o público-alvo da pesquisa.

Os participantes responderam individualmente ao instrumento de coleta, e assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, que é uma base nacional unificada de registros de pesquisas envolvendo seres

humanos para o sistema CEP/CONEP, aprovou o projeto com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE nº 74228823.7.0000.5020.

CAPÍTULO 1: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES E COMPLEXAS ACERCA DA NATUREZA DA POBREZA MENSTRUAL

Introdução

Enxergar a pobreza menstrual de forma holística permite compreender e considerar sua totalidade, reconhecendo as interligações presentes nesse problema tão complexo. Através desse olhar ampliado, é possível entender que ela está enraizada em uma combinação de fatores econômicos, sociais, culturais e estruturais, fazendo com que os impactos na vida das pessoas expostas e afetadas por essa situação se tornem imensuráveis, transcendendo a dificuldade de acesso aos absorventes.

Com base nessa contextualização, cabe adentrar nos desdobramentos do objetivo deste primeiro capítulo, que visa evidenciar a natureza da pobreza menstrual, e a necessidade de um debate interdisciplinar. Além disso, identifica-se a essência da precariedade menstrual, além de fornecer um contexto histórico e social sobre esse evento. Posteriormente, estabelece-se uma conexão, que nem sempre é proveitosa, com as questões de injustiça ambiental.

Para compreender o surgimento da pobreza menstrual, e como esse fenômeno pode estar ocorrendo em uma instituição de ensino no interior do Amazonas, foco deste capítulo, foram utilizados alguns recursos metodológicos, tais como rodas de conversa e aplicação de formulários, os quais forneceram a estrutura ideal para alcançar o objetivo do primeiro capítulo. As informações coletadas foram tabuladas e organizadas em representações gráficas, possibilitando ter uma perspectiva mais abrangente dos atores envolvidos nesta pesquisa.

Nesse sentido, por meio das informações compartilhadas pelos diversos sujeitos da pesquisa, foi revelado um ambiente diverso e plural de pessoas que

menstruam que contribuem na construção da comunidade acadêmica do IFAM campus Itacoatiara.

POBREZA MENSTRUAL

A pobreza é algo que sempre existiu em toda a história humana, e que está presente em todos os tipos de sociedade. No Brasil, os números da pobreza vêm aumentando significativamente com a redução das atividades econômicas e com o aumento do desemprego, em grande medida como consequência da pandemia de COVID-19.

Definir a pobreza é uma tarefa extremamente complexa, pois ela pode ser avaliada a partir de diversas perspectivas, incluindo juízos de valor, critérios relativos ou absolutos. A pobreza pode ser analisada exclusivamente sob o ponto de vista econômico, ou incluir fatores não econômicos em sua avaliação. Além disso, a compreensão da pobreza pode variar conforme a estrutura socioeconômica e política da sociedade em questão (GUROVITZ, 2002).

Gutovitz (2002), destaca, ainda, que quando o foco é juízo de valor, esta abordagem se torna subjetiva, de modo que o indivíduo determina o que considera um nível adequado de satisfação das necessidades, ou um grau tolerável de privação, não levando em consideração questões sociais concretas, sendo normativa, e exibindo fragilidades devido à sua natureza valorativa.

Já a pobreza relativa é vinculada à desigualdade na distribuição de renda, considerando pobres aqueles situados nas faixas mais baixas da distribuição de renda, em comparação aos mais ricos. Embora útil, pode ser insuficiente por não tratar da privação absoluta e, por vezes, confundir os conceitos de pobreza e desigualdade.

Por outro lado, a pobreza absoluta define um padrão mínimo de necessidades (linha da pobreza), determinando a porcentagem da população abaixo desse patamar, baseando-se em critérios como nutrição, habitação, vestuário e serviços essenciais, calculando a renda necessária para cobrir esses requisitos. Essa perspectiva inclui enfoques como o biológico, as necessidades

básicas e os salários, cada um estabelecendo a linha de pobreza de forma específica.

Essas abordagens ilustram a complexidade para definir a pobreza, cada uma trazendo suas próprias limitações e implicações. A partir da década de 80, a pobreza passou a receber um olhar mais rigoroso e abrangente, em que pesquisadores passaram a buscar estudos internacionais e publicações científicas, destacando a presença da privação relativa, e dando ênfase ao aspecto social. Dessa forma, notava-se, naquela ocasião, que para sair da linha de pobreza, era necessário que os indivíduos expostos a ela tivessem papéis e comportamentos sociais harmoniosos com os padrões da época, um nível mínimo de conforto, e um regime alimentar adequado (GUROVITZ, 2002).

Para Amartya Sen (1999), a pobreza vai muito além das questões financeiras, podendo ser entendida como uma série de privações de acesso a necessidades humanas básicas. Acredita também que a renda e a capacidade são muito afetadas por fatores como a idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais determinados, pela localização geográfica, pelo quadro epidemiológico e por outras circunstâncias que não controlamos, ou sobre as quais temos um controle parcial.

Deepa Narayan (2000) acredita que as pessoas que vivenciam a pobreza têm mais propriedade para falar sobre a situação à qual estão expostas, portanto, precisam desse local de fala assegurado e respeitado. O autor procurou ampliar a definição de pobreza desenvolvida por Sen em suas pesquisas realizadas na década de 90, pelo Banco Mundial (GUROVITZ, 2002).

Do seu ponto de vista, percebe-se a natureza multifatorial e tem-se uma perspectiva multicultural da pobreza, um olhar que ultrapassa a renda e os gastos com saúde e educação, considerando, ainda, a habilidade de os pobres serem ouvidos e se transformarem em potenciais agentes de seu próprio destino (GUROVITZ, 2002).

Pobreza menstrual é um termo que foi criado na França, e a discussão em torno dessa temática vem acontecendo em muitos países, o que possibilita o mapeamento dos efeitos que a falta de recursos financeiros e de infraestrutura de qualidade acarretam aos cuidados com o ciclo menstrual (BRAGA, 2020).

Braga (2020) salienta que essa dificuldade é vivenciada por bilhões de pessoas no mundo, e tem um peso maior nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, em que boa parte dessas pessoas não têm acesso adequado ao saneamento básico, a banheiros, a itens de higiene pessoal, a protetores menstruais ou outros meios que possam garantir-lhes um mínimo de dignidade. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 12,5% da população feminina sofre com esse obstáculo, o que torna ainda mais penoso o período menstrual.

O Governo Federal instituiu, em outubro de 2021, o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, por meio da Lei Federal n. 14.214, de 6 de outubro de 2021 (BRASIL, 2021). O programa tem dois objetivos: enfrentar a pobreza menstrual, apontada como a dificuldade de acessar ou comprar itens de higiene menstrual, e garantir a oferta de cuidados básicos de saúde menstrual e reprodutiva, promovendo estratégias de inclusão de pessoas que menstruam em programas e ações voltadas para esse público. A referida lei incluía, ainda, o absorvente íntimo feminino como item essencial da cesta básica.

Em março de 2022, o Governo Federal regulamentou a Lei n. 14.214 por meio do Decreto n. 10.989/2022 (BRASIL, 2022). No que tange à política da educação, o Decreto prevê em seu Art. 6º que:

[...] o Ministério da Educação promoverá, em regime de colaboração com os entes federativos, campanha informativa nas escolas da rede pública de ensino sobre a saúde menstrual e as suas consequências para a saúde da mulher, observadas as diretrizes definidas pelo Ministério da Saúde.

Ainda que poucas e frágeis, existem iniciativas de algumas casas legislativas, reforçadas pelo Ministério da Educação, seguindo diretrizes do Ministério da Saúde, na tentativa de ampliar e desmistificar os debates e as ações em torno da menstruação.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) publicaram, em maio de 2021, dados da pesquisa *Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos* (UNICEF; UNFPA, 2021, p.15), em que se compreende a pobreza menstrual

como um “fenômeno complexo, multidisciplinar e transdimensional”, uma vez que abarca os âmbitos social, econômico, infraestrutural e educacional.

Em vista disso, entende-se que algumas das dificuldades encontradas no período menstrual possam ser frutos de um fenômeno originado, muitas vezes, através da desigualdade social, de renda e sobretudo racial. Também foi demonstrado na pesquisa, entre outros dados, que 713 mil meninas (4,61% do total) não têm acesso a banheiros em seus domicílios, e 88,7% delas, mais de 632 mil meninas, vivem sem ter acesso a um banheiro de uso comunitário na propriedade ou terreno. Já com relação às condições da água, elemento fundamental para a higiene menstrual, constatou-se que mais de 900 mil meninas (5,84% do total estimado) vivem em uma situação em que não têm acesso à água encanada em ao menos um cômodo dentro da sua casa.

Outra importante grande pesquisa trouxe dados preocupantes. Realizada pela *Always* (2021), da *Protect and Gamble* (P&G), em parceria com a Toluna, teve como objetivo entender como a pobreza menstrual se desenvolve no Brasil. A investigação apresenta uma análise em que foram ouvidas 1.124 mulheres brasileiras, com idade entre 16 a 29 anos, na qual verificou-se que 50% das pessoas entrevistadas já precisaram substituir o absorvente por roupa velha, toalha de papel ou papel higiênico (entre as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social e economicamente mais pobres, os tecidos foram os substitutos mais importantes).

O uso de itens inadequados para a higiene menstrual pode acarretar uma série de problemas, inclusive lesões em órgãos reprodutores, importantes infecções no trato urinário, e até mesmo nos rins. Para além dessas consequências, as principais conclusões foram: a pobreza menstrual tem uma forte ligação com a desigualdade de gênero, e é uma grave questão de saúde pública; a menstruação está associada à falta de confiança e ainda é um tabu; falta informação na e sobre a primeira menstruação; a falta de acesso a absorventes tem relação com a evasão escolar; a pobreza menstrual piorou durante a pandemia (ALWAYS; TOLUNA, 2021).

As consequências relacionadas às dificuldades de acesso a itens de higiene menstrual são um dos muitos aspectos que preocupam o movimento *Girl*

Up Brasil que, ao produzir o relatório *Livre Para Menstruar – pobreza menstrual e a educação das meninas*, realizado em parceria com Herself Educacional e escrito por Letícia Bahia, também apresenta dados dos impactos da pobreza menstrual na vida das meninas e mulheres brasileiras.

A Sempre Livre, marca de absorventes femininos da Johnson & Johnson Consumer Health, em parceria com a KYRA Pesquisa & Consultoria e a Mosaclaib (2021), também manifestou empatia e preocupação com a precariedade menstrual das mulheres brasileiras, e resolveu realizar um estudo com essa população tendo como objetivo levantar informações sobre a pobreza menstrual, e identificar os hábitos de milhares de brasileiras durante o período menstrual. Por meio do estudo em questão, ficou explícito que a desigualdade social, aliada à falta de acesso à água e ao saneamento básico, atuam como agravantes da pobreza menstrual.

A pesquisa supracitada foi divulgada em 14 de setembro de 2021 e, dentre outras informações, também nos revela os dados expostos na figura abaixo.

Figura 6 - Dados da pobreza menstrual no Brasil

DADOS DA POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL

28%

das mulheres de baixa renda são afetadas diretamente pela pobreza menstrual
(cerca de **11,3 milhões de brasileiras**)

**98%**

das mulheres de baixa renda não sabem o que é pobreza menstrual;

40%

das mulheres de baixa renda que são afetadas pela pobreza menstrual têm entre 14 e 24 anos.

**29%**

das mulheres tiveram dificuldades para comprar produtos para menstruação durante a pandemia;

21%

das mulheres têm dificuldade todos os meses;

Fonte: UNFPA, 2021.

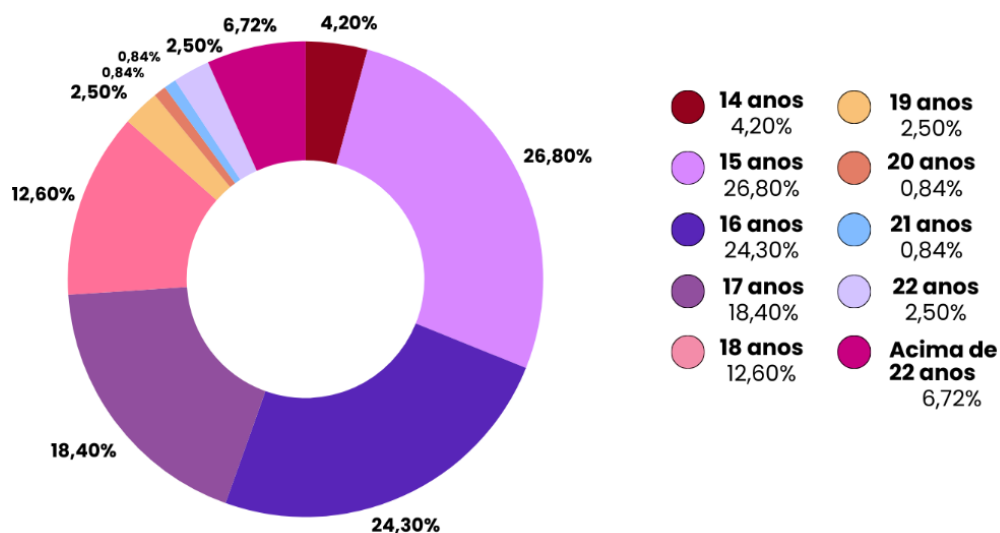
Nessas circunstâncias, verifica-se que a pobreza menstrual e a situação de vulnerabilidade social vivenciada por muitas pessoas que menstruam produzem para além da dificuldade de acesso ao absorvente, violações de direitos, entre eles o da dignidade humana.

A falta de dignidade menstrual também fica em evidência quando se observa os impactos na vida escolar das pessoas que menstruam, relação que será estabelecida nesta pesquisa, tendo como objeto de estudo uma das principais instituições de ensino do município de Itacoatiara.

O IFAM campus Itacoatiara oferece cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, incluindo Administração, Manutenção e Suporte em Informática, e Agropecuária. Oferece, ainda, o curso Técnico em Administração na modalidade subsequente ao Ensino Médio, e a Licenciatura em Ciências Agrárias. Com o objetivo de compreender melhor o contexto do IFAM campus Itacoatiara e sua comunidade acadêmica, foram entrevistadas 119 pessoas que menstruam, todas discentes dos cursos Técnicos em Administração, Agropecuária, e Manutenção e Suporte em Informática, nas modalidades integrada e subsequente. As entrevistas foram realizadas entre fevereiro e março de 2024, destacando o perfil e as experiências vividas por essas pessoas.

Por meio do gráfico 1, é possível perceber que o local de estudo possui um público com idades variadas, envolvendo adolescentes que estão saindo da infância, jovens adultos e outros adultos maduros que caminham para a menopausa.

Gráfico 1 - Faixa etária das pessoas que menstruam do IFAM campus Itacoatiara



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Com base no gráfico acima, é possível observar que existe, entre os respondentes, uma variação na faixa etária, que vai dos adolescentes com 14 anos até os adultos com idade acima dos 22 anos. Entretanto, o cenário predominante está entre os 15 e os 18 anos, o que representa 82,13% do público que participou da pesquisa. Mesmo havendo uma superioridade numérica de adolescentes e jovens adultos, não se pode ignorar a presença de pessoas com uma faixa etária mais elevada, o que reforça a existência de uma pluralidade geracional entre os discentes do IFAM. Tal fato deve direcionar para a necessidade de políticas e projetos que abordem temas como a menstruação de forma que possam envolver todas essas populações.

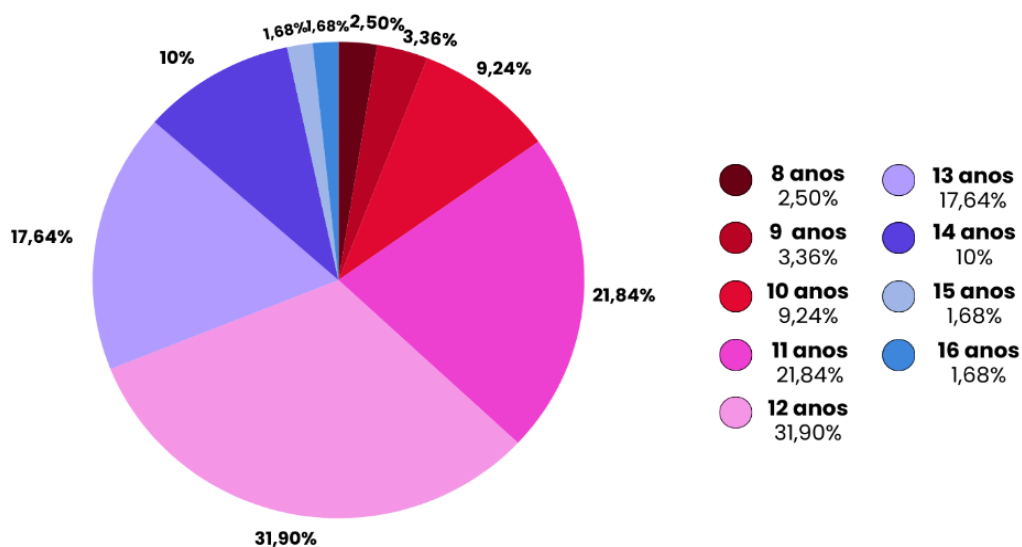
Bretas (2012) entende e destaca que a adolescência compreende a faixa etária que vai dos 10 aos 19 anos de idade, momento um tanto quanto complexo de transição entre a infância e a idade adulta. O autor entende que o adolescer é uma fase que tem como característica marcante as inter-relações entre as várias dimensões orgânicas, psicoemocionais e socioculturais traduzidas de formas muito específicas por diferentes sociedades e culturas.

E uma das diversas transformações que marcam a vida dos(as) adolescentes é a menstruação, especialmente a primeira menstruação, também conhecida como menarca.

Klug (2006) reforça que a menarca é considerada um episódio único e cheio de significados na vida das pessoas que menstruam, uma vez que marca o início da sua vida reprodutiva, envolvendo grandes transformações no aspecto físico, neuromotor, psicossocial e metabólico. Embora nem sempre tenha relação com a ovulação normal, a menarca sugere o amadurecimento uterino. De acordo com Brasil (2023) a faixa etária em que acontece a menarca é, em média, entre os 11 e os 12 anos de idade.

A menarca também foi abordada na pesquisa realizada no IFAM. Os dados podem ser observados no gráfico 2, onde observa-se que para 81,51% dos respondentes, o surgimento da sua primeira menstruação se deu entre os 11 e os 14 anos de idade, estando, portanto, dentro da média brasileira. O gráfico 2 também aponta que a menarca mais precoce entre as pessoas que menstruam no IFAM se deu aos 8 anos de idade para três discentes, enquanto a mais tardia se deu aos 16 anos para outras duas discentes.

Gráfico 2 - Idade de ocorrência da menarca



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Por meio dos dados apresentados nessa representação gráfica, é possível perceber que muitos dos entrevistados podem passar, ou ter vivenciado, a menarca estudando ou estando nas dependências do próprio IFAM, dado que as idades apresentadas como mais frequentes na primeira menstruação coincidem com a faixa etária dos discentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, principalmente aqueles do 1º ano.

Portanto, destaca-se mais uma vez a necessidade e a importância de se ter um ambiente escolar acolhedor, sensível e atento a essas nuances do discente como ser humano integral, que exigem de todos, conhecimentos que ultrapassam a sala de aula.

JUSTIÇA AMBIENTAL E A NECESSIDADE DE UM DEBATE INTERDISCIPLINAR

A diversidade é uma característica marcante na população brasileira. Abrange todas as características que tornam cada indivíduo único, molda suas perspectivas e interações com o mundo, e inclui, mas não se limita, a etnia, a sexualidade, o gênero, a faixa etária, a religião ou a classe social (GOELLNER *et al.*, 2011). O IFAM campus Itacoatiara tem esse traço presente na sua comunidade acadêmica, ressaltando que a diversidade em um ambiente escolar não apenas enriquece a experiência educacional, mas também ajuda a construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Um dos fatores que contribuem para a garantia dessa diversidade é a localização geográfica do campus do IFAM em Itacoatiara, inclusive um tanto quanto questionada pela comunidade acadêmica, por estar há cerca de 8 km da sede do município, impondo limitações de acesso às pessoas que não possuem transporte próprio e/ou porventura moram em bairros afastados do centro da cidade. Porém, o fato de estar localizado na AM 010 facilita, em alguma medida, o acesso para alguns discentes que moram na área rural e nas proximidades do campus.

O gráfico 3 evidencia que das 119 pessoas que responderam ao formulário, 78,99% residem na área urbana e 21% moram na área rural de Itacoatiara.

Gráfico 3 - Área onde reside



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Para além disso, é importante destacar que as questões associadas à renda, à mobilidade e ao transporte na zona rural e em regiões ribeirinhas dificultam drasticamente o acesso a insumos básicos para a sobrevivência de muitas pessoas que menstruam, revelando que, por vezes, essas pessoas se expõem a situações que conflitam com os direitos humanos básicos (ASSAD, 2021; REIS, 2021).

Dessa forma, em alguns momentos, essas pessoas podem ter que escolher onde aplicar os seus recursos financeiros, isto é: se na alimentação, se nos itens de higiene pessoal/menstrual ou se no deslocamento até o IFAM. Esse cenário pode ser um potencializador da evasão escolar, além de gerar prejuízos no processo de ensino e aprendizagem para aqueles que residem em áreas rurais (LIMA, 2021).

Vale destacar que o fato de residir na área urbana não garante às pessoas que menstruam o acesso ao transporte, à alimentação ou aos itens de higiene menstrual, e muito menos que elas também não tenham que optar por dar prioridade a um item em lugar de outro perante suas famílias.

Assim, Acselrad (2009) aponta que o entendimento de justiça ambiental foi arquitetado para projetar um modelo de vida futuro na qual a dimensão

ambiental de injustiça social em que estamos inseridos possa ser superada. Essa noção tem sido utilizada, principalmente, para construir uma nova perspectiva de forma a integrar as lutas ambientais e sociais.

Corroborando e agregando informações ao que foi supracitado, Acseirad (*ibid.*) destaca que a ideia de justiça ambiental é fruto das resistências, lutas e reflexões de pessoas, de grupos e dos movimentos sociais. Acrescenta, ainda, que o termo injustiça ambiental surge para dar luz ao fato de que a distribuição/imposição dos riscos ambientais às populações pobres e/ou desprotegidas é desigual. Nesse sentido, a ideia de justiça ambiental é constituída em contraposição às situações de injustiça ambiental vividas pelas populações em seus territórios.

A obra em discussão também destaca que uma minoria de mais ou menos um quinto da população mundial consome 80% dos recursos naturais, e devolve ao meio ambiente a mesma proporção de poluentes e de degradação ambiental. Essa forma de apropriação e devastação ambiental está diretamente relacionada ao padrão de desenvolvimento econômico que muitos países seguem.

Esse emaranhado de problemas apontados por Acseirad (2010), que se manifestam como consequência das situações de injustiça ambiental, está direcionando as formas de produção, e a escolha por um caminho de crescimento e por uma noção de desenvolvimento que privilegia a dimensão econômica de alguns, em detrimento das diferentes maneiras de viver de outros, que acabam sendo prejudicadas.

Fica evidente, assim, que as práticas desproporcionais de distribuição de renda, que as políticas discriminatórias, e que a falta de participação desses grupos minoritários nas tomadas de decisão afeta o meio em que vivem.

A compreensão de “justiça ambiental” apresentada por Acseirad (2010) indica um movimento que sugere um novo significado para a questão ambiental, resultante de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social.

Portanto, fica explícito que esse processo de ressignificação estabelece relação com uma nova composição dos ambientes onde se dão os embates sociais pela prospecção das possibilidades de futuro. Nesses locais, a causa ambiental se mostra cada vez mais protagonista, sendo vista de forma mais intensa e diretamente entrelaçada às tradicionais questões sociais do acesso ao emprego e da renda (ACSELRAD,2010).

Esse movimento de conscientização, de participação coletiva, e de entendimento da importância da responsabilidade nas tomadas de decisão é que farão a diferença para o desenvolvimento e futuro da comunidade.

Jacobi (2013) faz uma reflexão sobre o contexto urbano: seja nas grandes ou nas pequenas metrópoles brasileiras, os problemas relacionados ao meio ambiente têm crescido tanto em quantidade, quanto em gravidade. De sua lenta ou inexistente tentativa de resolução, decorre uma estrutura de vulnerabilidade e insustentabilidade social e ambiental.

Essa “insustentabilidade”, tida como um padrão de urbanização, tem como característica a prevalência de um processo de expansão e ocupação dos espaços onde, na maior parte dos casos, revela-se a baixa qualidade de vida para parcelas significativas da população, geralmente vulneráveis socioeconomicamente, mães solas e populações afrodescendentes, sendo esse um dos reflexos de uma ocupação desordenada, excludente e segregacionista.

Arretche (2015) destaca que as cidades têm como característica marcante a dualidade, ou seja, a existência de dois universos completamente diferentes. As partes que abrigam a população financeiramente mais vulnerável, preterida dos benefícios urbanos, têm passado por um crescimento horizontal e vertical muito maior que a denominada cidade formal.

O autor chama atenção para o fato de o conceito estar distante de uma visão de justiça que represente o direito individual e favorecendo assim os sujeitos coletivos. Portanto, as injustiças ambientais são vivenciadas de maneiras muito distintas, assim como se produzem de forma diferente, e o consumo ocorre de forma desigual (ARRETCHÉ, 2015).

Corroborando com os argumentos anteriores e agregando outras informações importantes, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) entendem que quando se trata de fator econômico, verifica-se que há uma maior flexibilidade e certa horizontalidade nas relações entre empresas, empresários e regiões específicas.

Paralelamente a isso, um outro cenário se apresenta, o processo de globalização neoliberal, que vem acentuando brutalmente as desigualdades, a exclusão, a segregação socioespacial, os altos índices de desemprego e a reintensificação do trabalho escravo que, para além do que se conhece, também aparece em novas configurações, como as relações de trabalho sem carteira assinada ou sem qualquer outro tipo de benefício trabalhista.

Dessa forma, direcionando a atenção para a saúde e segurança das pessoas que menstruam, e estão muitas vezes inseridas nos contextos abordados até aqui, cabe destacar que a pobreza menstrual, já citada e conceituada anteriormente, é caracterizada também pela dificuldade ou impossibilidade de acesso a produtos higiênicos adequados durante o período menstrual.

Além disso, a falta ou precariedade do saneamento básico, que se refere à ausência de água tratada e à inexistência de banheiros com água encanada, representa uma das muitas consequências da injustiça ambiental. Infelizmente, essa questão ainda é ignorada pelos gestores de políticas públicas, mesmo sendo um grave problema de saúde pública que afeta milhares de pessoas que menstruam, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo (CARVALHO, 2021).

Ainda nesse contexto, um dado alarmante nesse cenário é que pelo menos 500 milhões de mulheres e meninas em todo o mundo não possuem instalações adequadas para realizar a higiene menstrual. Somente no Brasil, mais de 1,5 milhão de pessoas que menstruam convivem com problemas referentes ao esgoto, vivendo em casas em que não existem banheiros (Brk Ambiental, 2018).

No Brasil, existem aproximadamente 7,5 milhões de meninas em idade escolar e que já menstruam. Dessas, cerca de 90% frequentam a rede pública

de ensino (IBGE, 2016). De acordo com dados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PENSE), cerca de 3% das alunas estudam em ambientes escolares que não têm banheiros em condições de uso (IBGE, 2016).

Fica evidente, como já mencionado, que a pobreza menstrual tem origem multifatorial, e uma dessas gênesis é provavelmente a prática de injustiça ambiental, que pode trazer sequelas para a saúde, para a vida escolar e profissional da pessoa que menstrua. Logo, para uma melhor compreensão e por mais assertividade no intuito de solucionar esse complexo dilema, um debate interdisciplinar se faz necessário.

Diante dessa problemática complexa, com números altos e que impactam a vida de tantas pessoas, algumas iniciativas para além da força do Estado tem acontecido na academia, onde os desafios da ciência e da tecnologia contemporâneas exigem, cada vez mais, um diálogo constante e profundo com os demais campos do saber (PHILIPPI JR *et al.*, 2000).

PHILIPPI JR *et al* (2000) acredita que as necessidades pessoais, os novos objetos de estudo, os desejos e os frutos das muitas lutas que resultam das demandas sociais não podem ser reduzidos, ou contidos, nos estreitos limites de um quadro disciplinar, ou de apenas um grupo de pessoas ou lideranças, como é o caso da pesquisa ambiental ou de qualquer outro nicho.

É evidente que existem fatores internos e outros interesses, como a vontade crescente de aumentar a complexidade dos objetos de pesquisa, que vão refletir na forma de gerenciar a produção do conhecimento. Mas, isso não deve negar a existência e a influência de razões para além do contexto acadêmico, derivadas do aumento da interação sociedade-universidade (PHILIPPI JR *et al.*, 2000).

Por exemplo, os problemas relacionados às temáticas ambientais, que também possuem uma gênese social, implicam necessariamente na colaboração nos diferentes campos do conhecimento para serem problematizados. Bowler (1992) acredita que o próprio aparecimento das chamadas ciências ambientais ao passo em que a sociedade passou a entender o ambiente como uma questão importante em que a ciência tem um papel basilar no processo de entendimento e equacionamento.

Assim sendo, observa-se uma crescente exigência por maior aproximação com temas socialmente determinados, tanto no que se refere à formação dos profissionais com uma visão mais sistêmica, quanto à busca de soluções inclusivas para problemas complexos. Essa demanda é particularmente evidenciada na definição da temática ambiental.

O PAPEL DA TRIBUTAÇÃO NA POBREZA MENSTRUAL

Atualmente, o mercado oferece uma infinidade de tipos de absorventes para atender às diferentes necessidades e preferências das pessoas que menstruam. Para além dos já conhecidos absorventes externos, que por si só possuem uma ampla gama de opções, também ganham força e popularidade os absorventes internos que são inseridos diretamente no canal vaginal e absorvem o fluxo menstrual antes que ele deixe o corpo. Eles vêm em diferentes tamanhos e poder de absorção.

Um outro tipo de absorvente que vem ganhando força no mercado é o coletor menstrual, um copo de silicone flexível que é inserido no canal vaginal, é reutilizável e uma opção sustentável.

Essa variedade é um importante movimento que de certa forma amplia a possibilidade de acesso ao produto que mais se adapta às necessidades individuais, levando em consideração a quantidade de fluxo menstrual, preferências pessoais, restrições médicas e poder de compra.

Como citado anteriormente, a variedade na oferta dos absorventes menstruais pode passar uma sensação de ampliação no seu acesso. Entretanto, esbarra nos preços que geralmente aumentam de acordo com o conforto e inovação do produto.

A dificuldade de acesso aos itens de higiene menstrual tem se mostrado muito mais ampla do que o poder de compra limitado de segmentos da população brasileira: é o que afirmam Motta e Brito (2022) ao analisarem o sistema tributário brasileiro e verificarem que os absorventes e demais itens de higiene menstrual são considerados itens supérfluos e não essenciais, o que acaba implicando diretamente nos valores desses produtos.

Mesmo diante desse cenário, dentre os poucos projetos de lei que visam combater a pobreza menstrual que são elaborados, quase nenhum leva para a discussão o peso que a tributação dos absorventes tem na vida de quem menstrua (MOTTA e BRITO 2022). Por conseguinte, não se pode deixar de destacar que a tributação sobre o consumo torna o produto mais caro, tanto aqueles necessários como os não necessários para o consumo.

Para além disso, como destaca Lupion (2020, p. 46):

Essa configuração de tributação diminui a capacidade de compra do cidadão, afetando sua autonomia financeira e reduz, de forma significativa, a já fragilizada renda das famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Os absorventes são tributados com a alíquota zero do IPI, mas são tributados com uma alíquota total comparável à de bens supérfluos, de 27,5%.

Com tributos tão altos e que não são flexíveis ao poder aquisitivo das famílias brasileiras, esse item tão importante para a saúde e dignidade das pessoas que menstruam acaba perdendo a vez na lista de prioridades quando competem com os itens que vão saciar a fome dos demais integrantes da família.

Através do IBGE (2019), foi possível analisar os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, que revelam que os 10% mais pobres gastam até 87% de sua renda em consumo, enquanto, no grupo mais rico, que representa 1% da população, esse valor cai para 24%.

Brito e Motta (2022, p.14) fazem uma importante constatação sobre o quanto o sistema tributário brasileiro reforça as desigualdades:

Ao analisar a seletividade no que tange aos valores constitucionais, como dignidade da pessoa humana, fica evidente que há uma alíquota excessiva sobre os produtos menstruais. Sendo totalmente contrário aos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de proteção à educação e à saúde. O sistema tributário brasileiro está estruturado em uma disparidade de gênero e acaba reforçando desigualdades já existentes.

Rawls (2008) propõe e acredita que a igualdade de oportunidades pode ser um dos caminhos para reparar as assimetrias sociais. O Estado tem o papel de criar e implementar políticas sociais que concretizem direitos, o que é essencial e está diretamente relacionado à justiça social. No entanto, o aumento

das desigualdades nas sociedades liberais dificulta esse cumprimento, exigindo ações mais efetivas para reduzir a pobreza.

Brito e Motta (2022) também destacam que a maioria dos trabalhos estrangeiros que buscam o combate à pobreza menstrual tem como ideia central a redução, ou mesmo extinção, da tributação sobre os itens de higiene menstrual. As casas legislativas brasileiras, recentemente, vêm tentando fazer uma conexão com o discurso internacional, que é mais moderno e efetivo, através da elaboração de leis que possibilitam o fortalecimento de políticas públicas que tenham relação com esse tema. No entanto, a maioria desses projetos trata “apenas” sobre o acesso gratuito aos absorventes em épocas estratégicas, como proximidade de eleições, desconsiderando aspectos como o preço e a necessidade urgente de ofertar saneamento básico nas casas e escolas.

Assim, Britto e Motta (2022) parafraseiam Fraser (2010), que já observava que as questões tributárias/econômicas têm subentendidas o reconhecimento, além do mais, as dificuldades causadas pela má distribuição, falta de empatia, falta de reconhecimento e bom senso ocasionam a criação de barreiras intransponíveis de uma dimensão política que excluem as pessoas que menstruam da participação política.

Portanto, uma política pública que pretende realizar o combate à pobreza menstrual precisa compreender qual é o plano de fundo na busca pela equidade de gênero, garantir o saneamento básico para todos, oferecer uma educação emancipatória e entender o impacto da tributação excessiva sobre os absorventes menstruais e as barreiras criadas em virtude dela.

A pandemia, para além dos gravíssimos problemas de saúde mundo afora, agravou e muito a falta de condições financeiras para a compra de produtos de higiene, em um cenário em que o trabalho informal e o trabalho doméstico, nos quais as mulheres são maioria, foram duramente impactados, reduzindo de forma significativa a renda dessas trabalhadoras.

Cândido e Saliba (2022, p. 4) fazem uma importante leitura sobre a pobreza menstrual e constataam que:

Esse fenômeno se reverbera de maneira multifatorial, que imbricado por mecanismos de controle e desigualdades, incide desproporcionalmente nos corpos que menstruam, sobretudo quando intersectado por clivagens sociais, acentuando os desafios e invisibilidades que meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias, em situação de rua, privadas de liberdade, em abrigos, nas escolas, em áreas rurais, em campos de refugiados ou regiões periféricas, são condicionados a resistirem, sem auxílio ou amparo social ou estatal. Assim, a dificuldade no acesso a absorventes desvenda a ponta de um problema estrutural, de precariedade e vulnerabilização, que se refletem na escassez de condições mínimas de higiene, saneamento básico, utilização de métodos alternativos para o acesso à água, questões de infraestrutura e habitação.

A Unicef (2020) afirma que, no Brasil, aproximadamente 35 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada. Segundo um recorte dos dados, estima-se que mais de 15 milhões de mulheres ainda não possuem acesso à água potável em suas residências, e mais de 12 milhões, apesar do acesso, constata que a disponibilização é insatisfatória. Em média 1,6 milhão de mulheres ainda estão em moradias sem banheiros. Ainda de acordo com o Relatório Mulheres & Saneamento, 26,9 milhões de mulheres residem em ambientes sem coleta de esgoto. No que se refere ao saneamento básico, o relatório aponta que uma em cada quatro mulheres sobrevivem em extrema vulnerabilidade e precariedade.

As implicações das descobertas discutidas neste capítulo são significativas, uma vez que exploram a complexidade em que a pobreza menstrual está inserida, ressaltando suas diversas origens, as ligações nem sempre óbvias com a “injustiça ambiental”, assim como com a globalização neoliberal. A análise desses elementos revela a gravidade e a profundidade do problema, assim como aponta direções possíveis para construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo pobreza menstrual não é comumente conhecido pelas pessoas. Entretanto, muitos de nós de maneira inconsciente está vivenciando, vivenciou ou conhece alguém que está exposto a essa condição. No Brasil, como apontado nos resultados da pesquisa, existe uma extensa camada da população que menstrua exposta às diversas formas de pobreza menstrual.

Na busca pela gênese da pobreza menstrual, ficou evidente que não existe uma única resposta ou um único responsável, mas sim inúmeras situações e contextos históricos, políticos e sociais que direcionam uma parcela da população a essa e a outras inúmeras situações de privação de direitos, que começam e vão muito além da precariedade menstrual.

Um olhar macro e multidisciplinar se torna necessário, percebendo, assim, que a justiça, ou na verdade, que a “injustiça ambiental” tem uma forte contribuição na precariedade menstrual e que a globalização neoliberal também concorre para esse fenômeno.

A ampliação de um debate que envolva pessoas que menstruam, e também aquelas que não menstruam, de maneira séria, responsável, didática e propositiva, sobre a precariedade menstrual e as suas diversas nuances (que vão desde noções de anatomia, fisiologia, ciclo e cólica menstrual, saúde reprodutiva e desigualdade de gênero), poderá garantir, a médio e longo prazo, o rompimento de ciclos viciosos de misoginia e privação de direitos.

Paralelamente, criar-se-á a oportunidade de viver em uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo, por exemplo, condições isonômicas, para pessoas que menstruam e não menstruam, de acesso, permanência e êxito em escolas, em universidades e no mercado de trabalho.

Para chegar a essas conclusões, um itinerário foi percorrido. No primeiro capítulo, foram apresentados os conceitos de pobreza, pobreza menstrual, justiça ambiental e o peso da tributação no preço dos absorventes e demais itens

de higiene menstrual, salientando não só os conceitos, mas o impacto e a importância dessa discussão no contexto social.

Essa pesquisa propõe uma discussão mais ampla e aprofundada sobre a pobreza menstrual, indo além das dificuldades de acesso aos itens de higiene, buscando o entendimento sobre a gênese desse problema social que atinge tantas pessoas no mundo.

Ao enveredar pelo prisma da justiça ambiental, um leque de informações e possibilidades se apresenta, abrindo caminho para a compreensão da origem de alguns problemas prevalentes nas camadas sociais menos favorecidas, mas também para amadurecimento de propostas multidisciplinares para solucionar situações degradantes como a pobreza menstrual.

REFERÊNCIAS

ABCCOM. **Nova Pesquisa de SEMPRE LIVRE revela dados sobre pobreza menstrual no Brasil**. ABC da Comunicação, 2021. Disponível em: <<https://www.abcdacomunicacao.com.br/nova-pesquisa-de-sempre-livre-revela-dadosobre-pobreza-menstrual-no-brasil/>>. Acesso em: 13 de mai. 2023.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das Lutas Sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

_____. MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Arretche, Marta. Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. 1. 2015. São Paulo: Editora da Unesp, 489

ASSAD, Beatriz F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, jun. 2021.

ALWAYS. **Always contra a pobreza menstrual no Brasil** #MaisAbsorventesMenosFaltas. Toluna, 2021. Disponível em: <<https://www.alwaysbrasil.com.br/pt-br/sobre-nos/nossabatalha/always-contr-a-pobreza-menstrual>>. Acesso em: 25 de mai. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.50.

Beauvoir, Simone (1970 [1949] **O Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4a edição; especialmente capítulos 1 (“Os dados da biologia”), 2 (“O ponto de vista psicanalítico”), 3 (“O ponto de vista do materialismo histórico”), pp. 24-80. (Edição original: *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard)

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 08 jun. 2023.

_____. Lei n. 14.214 de 06 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 mar. 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14214.htm> Acesso em: 18 jun. 2023.

BRAGA, Nathália. Falta de dinheiro impede acesso a absorventes – e o governo ignora o problema. **The Intercept Brasil**, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2020/02/03/falta-dinheiro-menstruacao-acesso-absorventes/>>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

BRÊTAS, J. R.; MUROYA, R. L.; GOELLNER, M. B. Mudanças corporais na adolescência. In: BORGES, Ana L. V.; FUJIMORI, Elizabeth. (orgs). **Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica**. Barueri (SP): Manole, 2009. p. 82-115.

BRÊTAS, J. R.; MUROYA, R. L.; GOELLNER, M. B. Mudanças corporais na adolescência. In: BORGES, Ana L. V.; FUJIMORI, Elizabeth. (orgs). **Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica**. Barueri (SP): Manole, 2009. p. 82-115.

BRK AMBIENTAL. **O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira**. In: Trata Brasil. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/pesquisa-mulher/relatorio.pdf>. Acesso em 08 nov. 2023.

CARVALHO, Fabiana; FALKENBACH, Atos Prinz. **O histórico da menstruação e sua relação com a saúde da mulher**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - No 135 – Agosto. 2009. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd135/menstruacao-e-saude-da-mulher.htm>> . Acesso em: 10 setembro, 2023.

CAMPAGNA, Viviane Namur; SOUZA, Audrey Setton Lopes de. **Corpo e imagem corporal no início da adolescência feminina**. Boletim de Psicologia,

2006, 56; 09-35. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v56n124/v56n124a03.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

CÂNDIDO, Ana C. D. de O.; SALIBA, Maurício G. Interseccionalidade e a Dignidade Menstrual: Um Diálogo Fundamental no Combate às Desigualdades. **Revista Direitos Sociais E Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v.10, n.3, p.1-26 set-dez., 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. " 3 ed. " Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

FLEURITY. Blog. **Nem toda mulher menstrua X homens também menstruam**. Ano: 2023 Disponível em: <https://loja.fleurity.com.br/blogs/blog/nem-toda-mulher-menstrua-x-homens-tambem-menstruam#:~:text=Ao%20contr%C3%A1rio%20da%20identidade%20de,pessoas%20trans%20ou%20n%C3%A3o%20bin%C3%A1rias>.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 114-128, ago. 2010.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Pobreza menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos. UNFPA, UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-nobrasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

GIL. Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 6. edição São Paulo. Atlas. 2019.

GUADAGNUCCI, Julia; GROHMANN, Rafael. Menstru(lu)ar: uma análise da menstruação como autoconhecimento. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP. Disponível em: [\(63\) Menstru\(lu\)ar: uma análise da menstruação como autoconhecimento | Julia Guadagnucci - Academia.edu](#). Acesso em 10 de setembro de 2023.

GUROVITZ, Elaine; Antônio Pedro Albernaz Crespo. **A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-

dez/2002. ©2002 Editora: Fundação Getulio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 17 de novembro de 2023.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova des-ordem mundial**. 1 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados. Itacoatiara, AM**. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/itacoatiara.html>>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

JACOBI, Pedro R. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Política e Trabalho: Revista De Ciências Sociais**, v. 23, n. 25, p.115-134, out. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6742>>. Acesso em: 21 de setembro de 2024.

KEDZIERSKI, Thainá. **Fundo de População da ONU e UNICEF lançam relatório sobre pobreza menstrual no Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/129009-fundo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-da-onu-e-unicef-lan%C3%A7am-relat%C3%B3rio-sobre-pobreza-menstrual-no-brasil>>. Acesso em: 11 de março de 2023.

Jeffrey D. Sachs e Andrew M. Warner, 1995. " [Abundância de recursos naturais e crescimento econômico](#) ", [NBER Working Papers](#) 5398, National Bureau of Economic Research, Inc.

KLUG, Debora P.; FONSECA, Paulo H.S. da. Análise da maturação feminina: um enfoque na idade de ocorrência da menarca. **Revista da Educação Física (UEM)**, Maringá, v.17, n. 2, p. 139-147, 2. sem. 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saiba o que é a menstruação, quando ela acontece e quais as principais características**. Brasília, DF: MS, 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/saiba-o-que-e-a-menstruacao-quando-ela-acontece-e-quais-as-principais-caracteristicas>> Acesso em: 25 ago. 2023.

MOTTA, Maria C.; BRITO, Mariana A.P. da R. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 33-54, 1 abr. 2022. Acesso em: 15 de janeiro de 2024

PHILIPPI JR, Arlindo; TUCCI, Carlos E. M.; HOGAN, Daniel J.; NAVEGANTES, Raul. (Eds.) **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, DC: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

LIMA, Paola. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. **Agência Senado**, Brasília, jul. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Jussara Simões. Rev. e Trad. Álvaro da Vita. 3a. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **De Sangrias, Tabus e Poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 314, 1994. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16215>. Acesso em: 22 set. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA - SED SC, 2023. Disponível em : <<https://www.sed.sc.gov.br/legislacoes-estadual-e-federal/politica-prevencao-as-violencias-na-escola-335/segue-o-fluxo?format=html>> Acesso em 09 mai. 2023.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEIXEIRA, André Luiz da Silva. **INFLUÊNCIA DAS DIFERENTES FASES DO CICLO MENSTRUAL NA FLEXIBILIDADE DE MULHERES JOVENS**. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbme/a/CwDJHts6hKJwFR9XZRMJjdJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

CAPÍTULO 2: EXPLORANDO AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS PESSOAS MENSTRUANTES DA ÁREA DE ESTUDO.

Introdução

A pobreza menstrual, como já demonstrado, é um fenômeno multifatorial que coexiste com diversas outras violações de direitos que também merecem atenção (ANDRADE, 2022). A discriminação de gênero, a violência menstrual presente em algumas culturas, se tornam rotinas e contribuem para a ausência de políticas públicas adequadas para atender às necessidades específicas das pessoas que menstruam são exemplos claros dessas violações.

Essas violações frequentemente são subestimadas e consequentemente permanecem invisíveis, perpetuando em um ciclo de desigualdade que afeta diretamente a qualidade de vida e a dignidade dessas pessoas. Para perceber a extensão e a correlação dessas violações, é essencial considerar a estrutura de direitos sociais estabelecida no artigo 6º da Constituição Federal.

O artigo 6º da Constituição Federal agrupa os direitos sociais em seis categorias principais: direitos sociais relacionados ao trabalhador; direitos sociais relativos à seguridade que abrangem saúde, previdência e assistência social; direitos sociais referentes à educação e cultura; direitos sociais relativos à moradia; direitos sociais ligados à família, criança, adolescente e idoso; e direitos sociais concernentes ao meio ambiente. Essas categorias são interdependentes e complementares, refletindo um compromisso constitucional com a promoção da justiça social, a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Neste contexto, o segundo capítulo desta dissertação pretende apresentar uma abordagem abrangente e crítica das diferentes formas de violações de direitos que afetam as pessoas que menstruam e verificar o cenário do local onde foi realizada a pesquisa. Além disso, serão propostas recomendações para políticas públicas e ações que visem a garantia dos direitos dessas pessoas à promoção de uma saúde menstrual digna.

Inicialmente, serão discutidos os fatores associados à pobreza menstrual e as dificuldades de acesso aos itens de higiene menstrual. Em seguida, será abordada a necessidade e urgência de quebrar os tabus que envolvem a menstruação, enfatizando a importância do diálogo sobre o assunto tanto no espaço escolar quanto no familiar.

DIREITOS SOCIAIS E MENSTRUAIS: AS VIOLAÇÕES NA POBREZA MENSTRUAL

As pessoas menstruantes são uma parcela da população que se expõem mais aos efeitos da pobreza extrema e essa situação é agravada por fatores como a dificuldade de acesso à educação, que resulta na falta de informações de qualidade, além do início precoce no mercado de trabalho (PATRIOTA, 2023). A menstruação, em particular, acaba se tornando um dos aspectos mais cruéis dessa pobreza, impactando de forma ainda mais desproporcional as mulheres negras.

Vale sempre destacar que os direitos menstruais envolvem entre outras coisas a garantia de acesso a produtos de higiene menstrual, condições mínimas e adequadas de infraestrutura, acesso à informação, que devem ser tratados como questões de saúde pública e direitos humanos.

Com esse mesmo entendimento, em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) também reconheceu e reforçou que o direito das pessoas que menstruam à higiene menstrual é uma questão de saúde pública e além de direitos humanos (OHCHR, 2014). Os direitos menstruais devem ser entendidos e contemplados como direitos sociais, como saúde e educação, sendo assim previstos e garantidos na Constituição Federal.

De acordo com estudos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo um fenômeno complexo, a pobreza menstrual consiste na prática, na inexistência ou dificuldade de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual tais como:

- Absorventes, itens básicos de limpeza como papel higiênico, sabão e sabonete;
- Inexistência de banheiros seguros e em bom estado de conservação;
- Inexistência ou dificuldade de acesso a saneamento básico (água encanada e esgotamento sanitário), e de coleta de lixo;
- Falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e/ ou carência de serviços de saúde, bem como a insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais;
- Tributação sobre os produtos menstruais que são tidos como supérfluos e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação com a finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde.

Neste contexto, os participantes da pesquisa foram questionados sobre o acesso à água encanada em suas residências. Como pode ser observado no Gráfico 4, 100% dos entrevistados afirmaram ter acesso a esse item que é fundamental para garantir um nível básico de higiene pessoal e, consequentemente, uma melhor gestão da higiene menstrual.

Gráfico 4 - Acesso à água encanada em casa



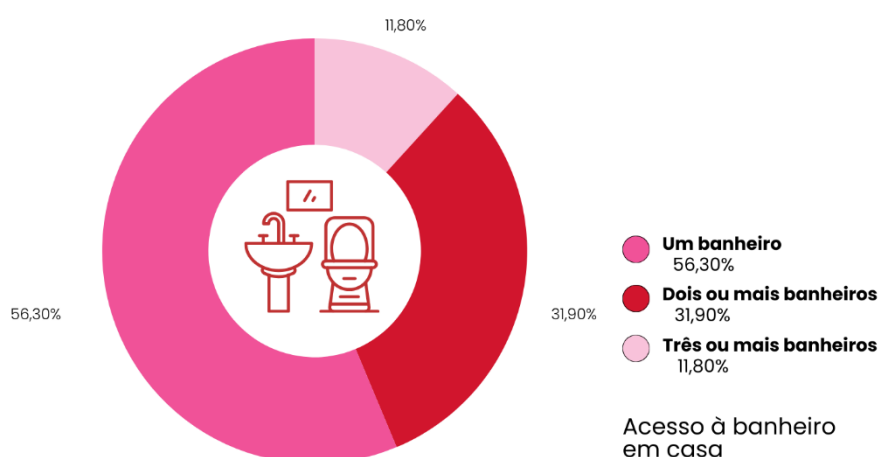
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 5, todas as pessoas entrevistadas afirmaram ter acesso ao banheiro em suas residências, especificamente, pouco mais de 55% relataram ter um banheiro, 31,9%

indicaram possuir dois banheiros e 11,8% informaram ter três ou mais banheiros em casa.

É crucial observar que ter acesso a um banheiro não garante, necessariamente, que ele esteja minimamente adequado. Um banheiro ideal deve atender às condições de segurança e privacidade para o usuário, oferecer higiene, acesso a água, sabão, papel higiênico, local de apoio, lixeira, iluminação, acessibilidade, e estar disponível e capaz de atender a todas as pessoas para as quais é destinado. Além disso, deve receber manutenção regular (UNFPA/UNICEF, 2021).

Gráfico 5 - Acesso a banheiro em casa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Unicef (2021) aponta que mais de 700 mil pessoas brasileiras que menstruam vivem em residências que não possuem banheiro e para muitas delas, que se encontram em situação de extrema pobreza, o absorvente é considerado um artigo de luxo.

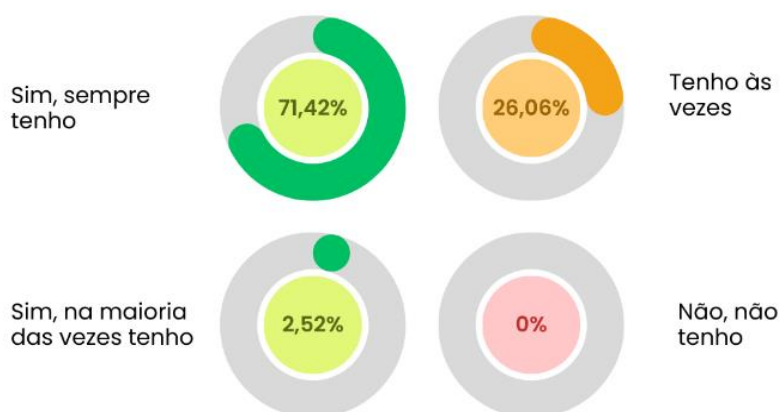
FATORES ASSOCIADOS À POBREZA MENSTRUAL.

A menstruação é um processo natural e saudável que faz parte da vida de milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo cerca de 60 milhões de

brasileiros, o que representa aproximadamente 30% da população. É um número alto de menstruantes e que em decorrência da falta de acesso a produtos de higiene, recursos financeiros para adquiri-los, informações sobre menstruação e infraestrutura adequada também podem estar expostas a pobreza menstrual, o que reflete uma realidade preocupante que afeta muitas dessas pessoas (BAHIA, 2021).

O Gráfico 6 ilustra a realidade da pobreza menstrual, destacando a dificuldade de acesso a itens básicos de higiene menstrual entre as pessoas participantes da pesquisa. Conforme os dados apresentados, 71,42% dos entrevistados relataram enfrentar constantemente essa dificuldade, enquanto 26,06% indicaram que esporadicamente se deparam com essa situação. Além disso, 2,52% afirmaram passar por essa privação na maioria das vezes. É importante ressaltar que nenhuma das pessoas entrevistadas declarou estar livre dessas dificuldades, evidenciando a prevalência e a gravidade da situação no local de estudo.

Gráfico 6 - Acesso à itens de higiene menstrual



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Em função dessa dificuldade em obter produtos de higiene menstrual adequados, muitas pessoas acabam recorrendo a soluções improvisadas, como pedaços de pano usados, roupas velhas, jornais e até miolo de pão, conforme

relatado em várias pesquisas globais, colocando sua saúde e integridade física em risco.

Da mesma forma, uma análise sobre a gestão da higiene menstrual em países em desenvolvimento, observou-se que a maioria das mulheres e meninas até conhece os produtos sanitários disponíveis. No entanto, esses itens são inacessíveis para a maioria delas, levando muitas a recorrer a alternativas como panos velhos, papel toalha, pedaços de algodão ou guardanapos. O uso de absorventes higiênicos é, de fato, mais comum entre as famílias mais abastadas (KUHLAMNN et al., 2017).

Além disso, muitas pessoas não conseguem realizar as trocas diárias recomendadas por ginecologistas, permanecendo com o mesmo absorvente por muitas horas. Isso ocorre devido ao alto custo dos absorventes, que impacta significativamente o orçamento das famílias mais pobres, algumas enfrentando insegurança alimentar. Em outros casos, absorventes são considerados supérfluos ou o acesso é controlado em instituições, agravando a situação (UNFPA; UNICEF, 2021).

Um exemplo claro de desumanização de pessoas que menstruam é a situação das jovens venezuelanas imigrantes no Brasil, conforme destacado por Soeiro et al. (2021). Em um estudo com 142 pessoas que menstruam, foi identificado que 50% delas não receberam sequer um kit de higiene desde a chegada ao país, e 88% relataram não ter acesso a condições sanitárias básicas. A saúde menstrual é um aspecto importante tanto da saúde pública quanto dos direitos humanos, sendo fundamental garantir um ambiente sociocultural que promova a troca de conhecimento e que ofereça conforto e dignidade.

VENCER O TABU DA MENSTRUÇÃO É NECESSÁRIO

Segundo Druet (2021), o estigma associado à menstruação é uma forma de misoginia. Uma vez que os tabus ainda estão presentes na sociedade, moldam a percepção da função menstrual como algo negativo que deve ser ocultado e visto com vergonha. Quando se evita nomear algo, reforça-se a ideia de que aquilo não deve ser planejado ou reconhecido. Apesar das diversas razões culturais que levaram diferentes povos e culturas a criarem tabus em

torno da menstruação, o fato é que esses tabus persistem até hoje. Essa perpetuação reforça a marginalização das pessoas que menstruam em diferentes âmbitos das interações sociais.

Evitar falar sobre a menstruação já é uma maneira de abordar o tema (UNICEF; UNFPA, 2021, p.5). A omissão diante do assunto contribui para a desinformação, afetando tanto aqueles que menstruam quanto o restante da população. Além disso, essa falta de discussão perpetua os preconceitos e tabus associados à menstruação. A combinação de desinformação, preconceito e falta de recursos agrava ainda mais a pobreza menstrual.

Nessa mesma linha, a Universidade Federal de Ouro Preto (2021), por meio do Portal Lamparina, afirma que além das questões financeiras e estruturais, a pobreza menstrual também traz uma profunda ligação com a desinformação sobre o processo menstrual, intensificada pelo fato de o tema ainda ser considerado um tabu. Isso fica evidente nas mídias, onde propagandas de absorventes raramente mostram sangue menstrual vermelho. Em vez disso, mostram situações em que mulheres vestem calças brancas e se envergonham de manchas, acompanhadas de slogans que prometem esconder esse problema tão "vergonhoso".

Dessa forma, esses mitos transformam o sangue menstrual em um fenômeno repulsivo, fomentando tabus e reforçando o desinteresse na construção ou incorporação da pauta nos debates. Como resultado, meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias são frequentemente deixados no desamparo social, político e estatal, obrigados a suportar o período menstrual sem o devido apoio (CÂNDIDO, 2023).

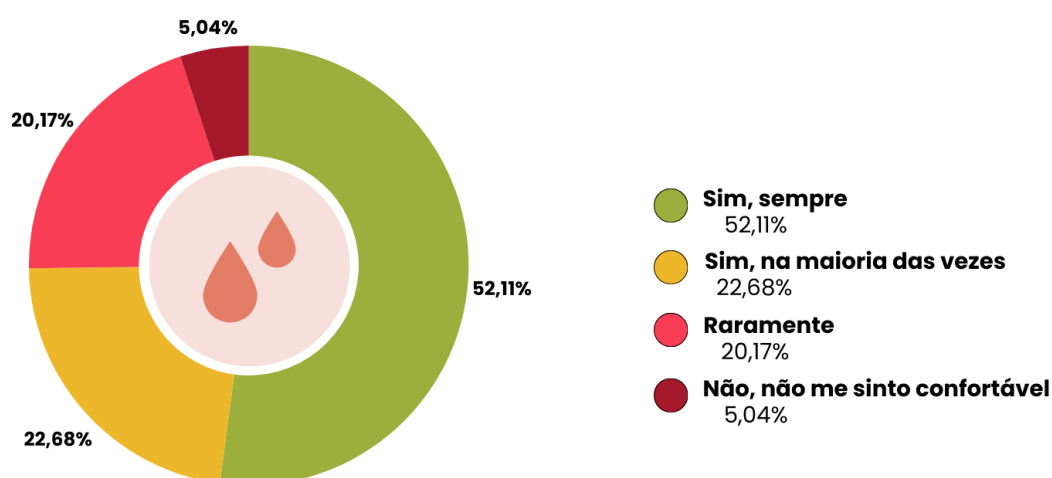
A consequência desse cenário é que muitas pessoas evitam falar sobre menstruação, levando à falta de conhecimento necessário para lidar com os problemas de higiene adequada e para normalizar o processo menstrual. A desinformação perpetua a vergonha e a ignorância em relação ao tema, dificultando a adoção de práticas saudáveis e a busca por ajuda quando necessário.

Quando os participantes da pesquisa foram questionados sobre a abertura e o conforto para dialogar sobre menstruação em casa, os dados

revelam uma realidade mista: 52,11% dos participantes afirmaram que sempre encontram espaço para conversar sobre o assunto, enquanto 22,68% se sentem confortáveis na maioria das vezes. No entanto, 20,17% raramente têm essa oportunidade e 5,04% não se sentem à vontade para abordar a menstruação em seu ambiente familiar.

Em uma das rodas de conversa realizadas com uma turma composta exclusivamente por adultos, antes da aplicação do formulário de perguntas, uma discente compartilhou que aquela atividade estava lhe proporcionando sua primeira experiência com a saúde menstrual. Ela destacou que era a primeira vez que tinha a oportunidade de dialogar com seus pares, trocar curiosidades e esclarecer dúvidas sobre o processo de menstruação. Em suas escolas anteriores e até mesmo na família, nunca havia sido convidada ou se sentido confortável e segura para abordar esse assunto[...]. (*mulher, estudante, 21 anos*).

Gráfico 7 - Conforto para falar sobre menstruação em casa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Esses números ilustram a necessidade urgente da promoção de um ambiente que favoreça o diálogo e desmistifique o tema contribuindo para a redução do estigma, diminuindo a distância entre as pessoas, inclusive dentro do ambiente familiar.

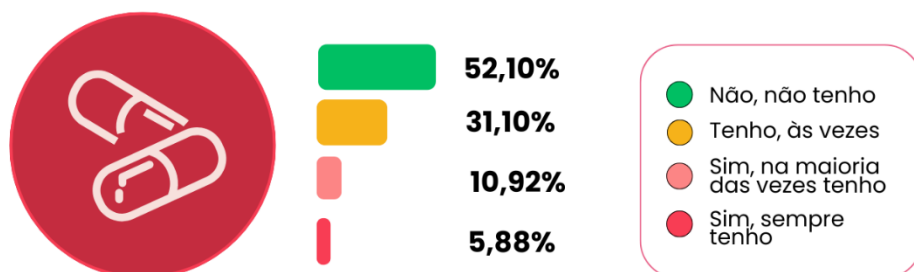
Portanto, o acesso à informação, à educação em saúde menstrual pela população jovem é fundamental e estratégica, uma vez que pode contribuir significativamente para a desconstrução desses estigmas e discriminações, além de facilitar a identificação de agravos como a dismenorreia e a endometriose (OLIVEIRA, 2021).

A implementação de programas, rotinas educativas, momentos interativos, não só promoveria a saúde menstrual, mas também empoderaria jovens a falarem abertamente sobre o tema, promovendo um ambiente de maior acolhimento, compreensão e apoio para essa fase que não precisa ser tão difícil.

Um outro fator muito marcante na pobreza menstrual é a dificuldade para acessar recursos importantes durante esse período, que vão além do absorvente. Essa realidade é confirmada por dados que indicam que a falta de acesso a medicamentos e a serviços de saúde para tratar problemas relacionados à menstruação é considerada um dos pilares da pobreza menstrual (UNICEF; UNFPA, 2021)

No gráfico 8 abaixo, as pessoas entrevistadas relataram suas dificuldades de acesso a medicamentos durante o período menstrual. Os dados revelam que 52,10% não enfrentam essa dificuldade. No entanto, 31,10% afirmaram que ocasionalmente encontram dificuldades, 10,92% relataram dificuldades na maioria das vezes, e 5,88% indicaram que sempre têm dificuldades para acessar os medicamentos necessários.

Gráfico 8 - Dificuldade no acesso à medicamentos no período menstrual



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

De acordo com os dados do gráfico 8, é possível observar que 47,9% das pessoas entrevistadas sofrem em algum momento com a dificuldade de acesso aos recursos terapêuticos, o que pode refletir inclusive na sua vida escolar, já que muitas delas não conseguem comparecer ou permanecer no campus devido às dores, o que pode também impactar direta ou indiretamente no seu rendimento acadêmico.

Para além disso, muitas dessas pessoas tornam como hábito o sofrimento em silêncio, uma vez que não podem contar com os recursos necessários para aliviar dores e desconfortos menstruais. Isso compromete não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e emocional, ampliando o sentimento de impotência e a exposição à vulnerabilidade.

A falta de acesso e de acompanhamento adequado à saúde potencializa a desigualdade entre aqueles que menstruam e os que não menstruam, perpetuando um ciclo de pobreza menstrual que dificulta a vida diária e impede o pleno desenvolvimento pessoal e profissional dessas pessoas. Garantir o acesso a cuidados de saúde e medicamentos é, portanto, uma questão de dignidade humana e justiça social.

Os dados apresentados acima, se tornam mais graves e angustiantes quando se relembra que a menstruação, um processo natural e saudável do corpo, é uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, aproximadamente 60 milhões de pessoas menstruam, representando cerca de 30% da população total (BAHIA, 2020).

Ou seja, a menstruação, que é um fenômeno biológico associado à função reprodutiva, impacta no cotidiano dessas pessoas, exigindo que estejam preparadas para lidar com questões como controle do fluxo, cólicas, alterações hormonais e os muitos tabus que ainda permeiam nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo abordou de forma abrangente as diversas facetas da pobreza menstrual, evidenciando como este fenômeno multifatorial afeta diretamente a

vida das pessoas que menstruam, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. As violações dos direitos sociais e menstruais, destacadas ao longo do texto, revelam uma realidade alarmante onde a falta de acesso a produtos de higiene, infraestrutura adequada, e informação consolidam um ciclo de exclusão e desigualdade.

Os dados apresentados reforçam a gravidade do problema, mostrando que, mesmo em um ambiente como o IFAM Campus Itacoatiara, onde a pesquisa foi realizada, ainda existem barreiras significativas para a garantia de uma saúde menstrual digna. A dificuldade de acesso a recursos básicos como água, banheiros adequados, produtos de higiene, e medicamentos agrava a situação de muitas pessoas, impactando diretamente sua qualidade de vida e rendimento acadêmico.

Além disso, o tabu em torno da menstruação, amplamente discutido neste capítulo, contribui para a perpetuação da desinformação e do estigma, dificultando a normalização do diálogo sobre o tema. Isso não apenas amplia o sofrimento das pessoas que menstruam, mas também as coloca em uma posição de vulnerabilidade, onde suas necessidades são ignoradas ou subestimadas.

As discussões e dados apresentados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas e iniciativas que abordem a pobreza menstrual de maneira sistêmica e integrada, garantindo o acesso a recursos essenciais e promovendo a educação em saúde menstrual.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Letícia. **Pobreza menstrual e a educação de meninas**. GirlUp e Herself Educacional. São Paulo: SP, 2021. Disponível em: <<https://livreparamenstruar.org/sobre/>> Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRK AMBIENTAL. **O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira**. In: Trata Brasil. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/pesquisa-mulher/relatorio.pdf>>. Acesso em 08 nov. 2023.

DRUET, A. **Como a menstruação virou tabu?** 2021. Disponível em: hellocolue.com/pt/bio/anna-druet. Acesso em: 26 mai. 2024.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Pobreza menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos. UNFPA, UNICEF, 2021. Disponível em: FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Pobreza menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos. UNFPA, UNICEF, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-nobrasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>>. Acesso em: 10 jun. 2023

KUHLMANN AS, Henry K, Wall LL. **Menstrual Hygiene Management in ResourcePoor Countries**. Obstet Gynecol Surv. 2017 Jun;72(6):356-376. doi: 10.1097/OGX.0000000000000443. PMID: 28661550; PMCID: PMC5482567.

KEDZIERSKI, Thainá. **Fundo de População da ONU e UNICEF lançam relatório sobre pobreza menstrual no Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/129009-fundo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-da-onu-e-unicef-lan%C3%A7am-relat%C3%B3rio-sobre-pobreza-menstrual-no-brasil>>. Acesso em: 20 JUN. 2023.

OHCHR, 2014. **Every woman's right to water, sanitation and hygiene**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/stories/2014/03/every-womans-right-water-sanitation-and-hygiene>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

PATRIOTA, Elizabete Bezerra; AMORIM, Vilma Leite Machado de; SANTOS, Glaucya Karyane Neal de Oliveira;FRANÇA, Alba Maria Bomfim de;PEREIRA, Jesana Batista. **(IN) DIGNIDADE MENSTRUAL: A FACE FEMININA DA POBREZA** Interfaces Científicas • Aracaju • V.10 • N.1 • p. 255 - 270 • Fluxo Contínuo • 2023.

RODRIGUES, Jordana Vieira; Botelho, Daniela Garcia. **A Pobreza Menstrual como fator de Desigualdade Social e Violação de direitos no Brasil**. Revista

Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.11. nov. 2022. ISSN-2675–3375.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA - SED SC, 2023. Disponível em : <<https://www.sed.sc.gov.br/legislacoes-estadual-e-federal/politica-prevencao-as-violencias-na-escola-335/segue-o-fluxo?format=html>> Acesso em 09 mai. 2023.

SOEIRO, R.E., Rocha, L., Surita, F.G. et al. **Period poverty: menstrual health hygiene issues among adolescent and young Venezuelan migrant women at the northwestern border of Brazil.** *Reprod Health* 18, 238 (2021). <https://doi.org/10.1186/s12978-021-01285-7>

VICENTE, S. F. Menstruação: o maior tabu é a ignorância. **Cadernos de PsicologiaS**, Curitiba, n. 2, 2021. Disponível em: <https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/menstruacao-o-maior-tabu-e-a-ignorancia/>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Universidade Federal de Ouro Preto – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Portal Lamparina. Agosto de 2021.

Holmes K, Curry C, Sherry, Ferfolja T, Parry K, Smith C, et al. Adolescent Menstrual Health Literacy in Low, Middle and High-Income Countries: A Narrative Review. *IJERPH*. 2021; 18:2260. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052260>

OLIVEIRA, Viviane Caroline de; Pena; Érica Dumont; Andrade, Gisele Nepomuceno de; Mendes; Mariana Santos Felisbino. **Acesso e práticas de higiene menstrual na América Latina: revisão de escopo;** *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 2023;31:e4030 DOI: 10.1590/1518-8345.6736.4;

CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO ENTRE A VULNERABILIDADE SOCIAL E A MATERIALIZAÇÃO DA POBREZA MENSTRUAL

Introdução

Em sociedades como a brasileira, onde mais da metade da população é composta por mulheres e/ou pessoas que tem útero, abordar esse tema se torna ainda mais relevante, uma vez que para muitas dessas pessoas, a menstruação é um fator que as empurra para uma posição ainda maior de marginalização, exigindo, portanto, mais cuidado e atenção, uma vez que fica subentendido que onde há sociedade, deve haver garantia de direitos. Nesse sentido, além de ser socialmente relevante, o debate deve ser direcionado para se obter destaque sobre a importância da criação e manutenção de políticas públicas que garantam a dignidade menstrual.

Entre os indivíduos expostos à pobreza extrema, as pessoas que menstruam são, infelizmente, as mais afetadas, enfrentando assim as maiores adversidades. Esse fenômeno se agrava por vários fatores, como a falta de oportunidades, o difícil acesso à educação, o trabalho infantil precoce e a ausência de informações básicas, nesse cenário, pode se afirmar que um dos aspectos mais cruéis e que afetam desproporcionalmente as pessoas negras, é a menstruação.

O ciclo menstrual, que deveria ser compreendido como um marco natural na vida de qualquer pessoa que possui útero, sinalizando sua transição para a adolescência e o início da maturidade fisiológica, muitas vezes se transforma em uma experiência angustiante para aquelas que vivem em situação de extrema pobreza. Sem acesso às condições materiais mínimas para lidar com essa nova realidade, muitas dessas pessoas enfrentam desafios que vão além do desconforto físico, encontram como consequência, a ausência das salas de aulas, do mercado de trabalho, se privando do convívio social, aprofundando ainda mais as desigualdades e as vulnerabilidades sociais.

Partindo desse contexto, o capítulo 3 apresenta as vulnerabilidades que estão presentes no IFAM Campus Itacoatiara, tendo como moldura as diversas nuances e complexidades da pobreza menstrual. Além de apresentar os

elementos que contribuem para esse cenário, é discutido como essas dificuldades podem afetar diretamente a rotina e a vida acadêmica das pessoas que enfrentam esse problema cotidianamente. A proposta é evidenciar os desafios enfrentados e compreender os possíveis impactos que a falta de recursos adequados para a dignidade menstrual pode ter na trajetória educacional e no bem-estar dessas pessoas.

O capítulo é concluído com três exemplos que ilustram de maneira clara como a pobreza menstrual se apresenta e repercute na vida de alguns discentes no IFAM Campus Itacoatiara. O primeiro exemplo é a ausência de itens básicos de infraestrutura em suas residências, como banheiros adequados, saneamento básico ou coleta de lixo. Outro exemplo se apresenta na diretamente na frequência escolar, onde muitas pessoas menstruantes se ausentam por não terem condições adequadas de lidar com seu ciclo menstrual. Além disso, a pobreza menstrual também interfere nos compromissos pessoais e profissionais dessas pessoas, que enfrentam dificuldades em conciliar suas atividades cotidianas com os desafios impostos por essa condição.

AS VULNERABILIDADES E POSSIBILIDADES PRESENTES NO IFAM CAMPUS ITACOATIARA

A exclusão social vai muito além da falta de recursos financeiros, englobando uma trajetória de desvantagens acumuladas, perda de status e redução de oportunidades. Portanto, não se trata apenas de pobreza, mas de uma vivência de insegurança, onde o indivíduo perde a sensação de controle do seu futuro, enfrentando dificuldades de integração social e relações e fragilizadas (MELO, 2005).

Melo (2005) acredita que a vulnerabilidade, por sua vez, reforça como determinados processos sociais podem levar a eventos adversos, como a perda de emprego, tendo como consequência carências diversas. Este conceito é importante e necessário para identificar grupos que podem estar em risco, que compartilham dificuldades comuns e são mais propensos a enfrentar problemas

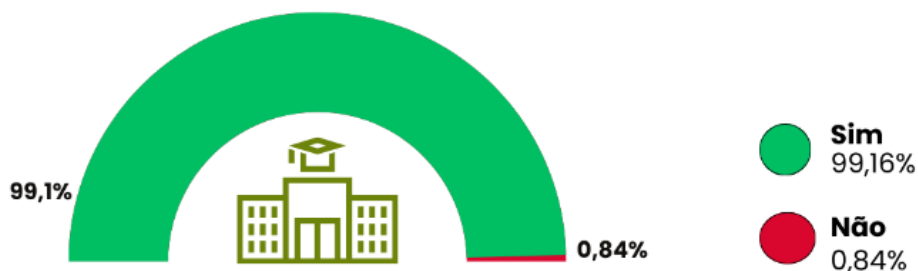
similares. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento e as vezes rupturas das relações sociais e redes de apoio.

Diante dessa perspectiva, vale ressaltar que já não cabe entender que a menstruação é um assunto que está restrito apenas à vida das pessoas que possuem útero. Com o avanço do debate político, acesso à informação e a emancipação das pessoas em diversas pautas, fica evidente que a menstruação é uma questão que envolve toda a sociedade, e não apenas quem menstrua. O ciclo menstrual é um processo fisiológico regular que deve ser tratado com naturalidade. Ignorar esse assunto, ou perpetuar mitos e tabus, não apenas camufla um fenômeno biológico, mas também reforça comportamentos que prejudicam a sociedade em suas múltiplas facetas, afetando principalmente as pessoas que menstruam.

Em uma instituição de ensino como o IFAM, as vulnerabilidades se manifestam de diversas maneiras, por meio da exclusão e da pobreza menstrual e todas suas complexidades. As pessoas menstruantes muitas vezes enfrentam dificuldades para adquirir produtos de higiene íntima, absorventes e às vezes não encontram na escola uma estrutura física adequada para atender suas demandas, como banheiros em boas condições de uso e acesso à água. Dificuldades como essas afetam não apenas a saúde física, mas também a mental e a dignidade dessas pessoas, assim como o seu direito de participar plenamente da vida escolar, perpetuando a exclusão social e limitando suas oportunidades futuras.

O gráfico 9 mostra a percepção dos discentes que participaram da pesquisa sobre as condições dos banheiros no IFAM Campus Itacoatiara. Para 99,16% dos entrevistados, os banheiros do campus estão em boas condições de uso, enquanto 0,84% acreditam que melhorias podem ser necessárias. Isso indica que, na percepção da maioria, os banheiros atendem às expectativas mínimas e não são vistos como uma vulnerabilidade pelos seus usuários.

Gráfico 9 - Acesso a banheiro em boas condições de uso na escola

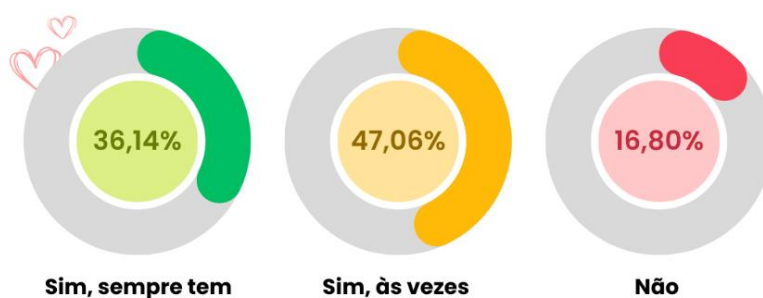


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PENSE), muitas escolas não proporcionam condições básicas de higiene para os estudantes que menstruam. Aproximadamente 200 mil alunos frequentam instituições sem banheiros adequados, pias, papel higiênico ou sabão, passando grande parte do dia sem acesso a itens essenciais para garantir sua dignidade menstrual.

O gráfico 10 apresenta a percepção das pessoas entrevistadas, sobre a disponibilidade ou não de itens de higiene menstrual no IFAM campus Itacoatiara, dando continuidade à análise das possíveis vulnerabilidades que podem estar presentes na Instituição.

Gráfico 10 - Oferta de itens de higiene menstrual no IFAM



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

Entre os discentes menstruantes que participaram do estudo, 47,06% relataram que o campus oferece itens de higiene menstrual apenas às vezes. Outros 36,14% acreditam que esses itens estão sempre disponíveis. No entanto, 16,80% dos entrevistados afirmaram que o IFAM não oferece nenhum item de higiene menstrual.

Diante os números apresentados, se torna importante ponderar que desde o segundo semestre de 2023, tem-se buscado criar no campus uma cultura de ajuda mútua, com o objetivo de coletar e distribuir absorventes descartáveis para os discentes que, por algum motivo, estão desprovidos desse item essencial. Essa iniciativa, intitulada de Projeto Ciclos de Amor, foi coordenada pelo Enfº Rafael. Embora o campus ofereça banheiros limpos, seguros e equipados com água e sabão, ainda não fornece esses itens diretamente aos discentes que menstruam, tornando essa ação de solidariedade ainda mais necessária.

Figura 7 - Roda de conversa do Projeto Ciclos de Amor



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O Projeto Ciclos de Amor, mencionado anteriormente, foi desenvolvido no IFAM campus Itacoatiara entre agosto e dezembro de 2023, contando com a participação do coordenador e de cinco alunas bolsistas que se dedicaram ao

planejamento e à execução de diversas atividades. O objetivo era criar um grande ciclo de amor que, além da entrega de absorventes, promovesse dignidade, autonomia e autocuidado por meio do conhecimento.

Durante a execução do projeto, foram oferecidas cinco oficinas que abordaram diferentes temas, incluindo os tipos de absorventes disponíveis no mercado, dicas de higiene pessoal e menstrual, trocas de experiências sobre como aliviar cólicas menstruais, além de noções básicas de anatomia e fisiologia feminina. Embora o projeto tenha sido encerrado em dezembro de 2023, os Ciclos de Amor criados no projeto seguem fortalecidos e ativos, os absorventes continuam sendo doados e distribuídos gratuitamente no campus, sob a responsabilidade do Enfº Rafael.

Figura 8 - Bolsistas do Projeto Ciclos de Amor

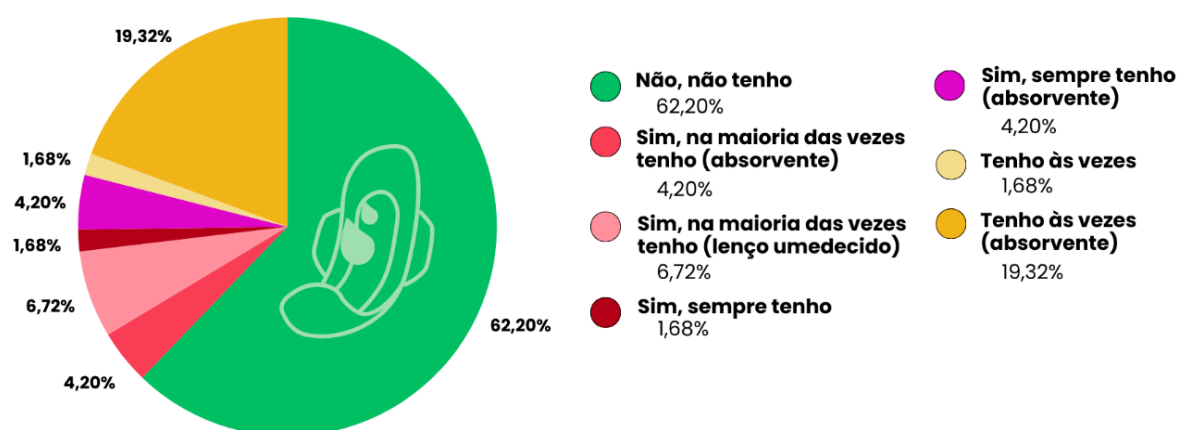


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Entendendo que os problemas vão além da dificuldade de acesso ao absorvente, na expectativa de buscar entender a exposição a outras vulnerabilidades, os discentes foram questionados quanto ao contato com outras

peças que poderiam estar expostas à pobreza menstrual. O gráfico 11 apresenta os dados obtidos.

Gráfico 11 - Contato com pessoas que não tem acesso à itens de higiene menstrual



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Quando questionados se conhecem alguém sem acesso a itens de higiene menstrual, 72,27% dos entrevistados relataram que não. Os demais responderam afirmativamente, em contextos variados: 0,84% afirmaram que já tiveram contato com alguém nessas condições, 14,28% disseram que amigas enfrentam essa dificuldade, 5,05% informaram que familiares já passaram por isso, 1,68% afirmaram que têm amigas atualmente nessa situação, 2,52% informaram que têm familiares nessa condição, e 3,36% relataram que vizinhas enfrentam essa realidade.

Por meio dos dados apresentados, embora a maioria não tenha nesse momento contato direto com a pobreza menstrual, uma parcela significativa da comunidade vivencia essa questão de forma indireta, evidenciando a necessidade de políticas e ações voltadas para mitigar esse problema.

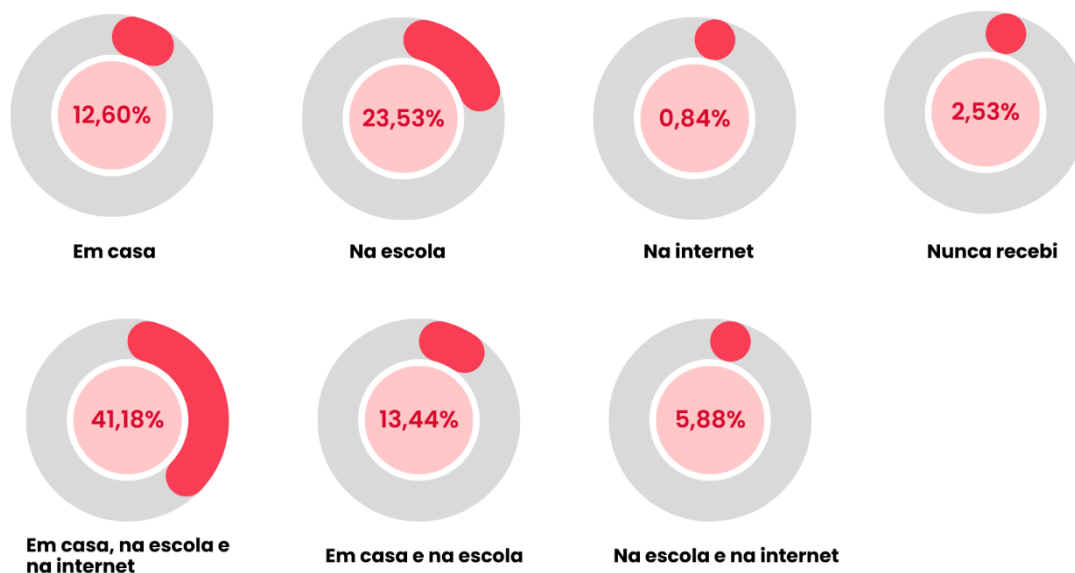
É importante ressaltar que os dados apresentados diferem da realidade diária observada na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), onde atuo como enfermeiro. Na CAE, há um trabalho contínuo de fornecimento gratuito de

absorventes, além de orientações sobre higiene e ciclo menstrual, atendendo inclusive muitos dos participantes desta pesquisa.

A educação menstrual deve ser compreendida como uma parte essencial da educação integral em sexualidade. Não se trata apenas de prevenir a gravidez não intencional, mas também de abordar aspectos sociais, psicológicos e educacionais. Adotando um modelo sociopsicopedagógico, a educação menstrual visa proporcionar uma compreensão aprofundada do próprio corpo nos processos de aprendizagem (SED, 2022).

No gráfico 12, é possível observar as fontes de acesso à informação sobre menstruação apontadas pelos entrevistados, que tiveram a oportunidade de escolher mais de uma alternativa: em casa, na escola, na internet, ou nunca recebi.

Gráfico 12 - Fonte de informação sobre corpo, saúde e higiene menstrual



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Os entrevistados mencionaram a escola em quatro das 7 (sete) respostas possíveis, destacando o papel crucial desse ambiente para a educação sobre menstruação, além do currículo regular. A casa foi citada por 12,60% dos respondentes, a internet por 0,84%, enquanto 23,53% afirmaram que receberam

informações na escola e 2,55% disseram nunca ter recebido esse tipo de instrução.

Entre os entrevistados que escolheram mais de uma fonte de informação, 41,18% afirmaram buscar informações na escola, em casa e na internet, 13,44% citaram a casa e a escola, e 5,88% apontaram a escola e a internet como fontes de informação.

Entende-se que por meio da educação menstrual, onde se adquire noções básicas sobre seu corpo e ciclo menstrual, haverá a possibilidade de diminuição do constrangimento e o estresse nas pessoas que menstruam, tornando-as capazes de ter mais poder sobre seus corpos e até mesmo acesso a diferentes produtos, insumos e informações, para garantia de sua saúde menstrual (SED, 2022).

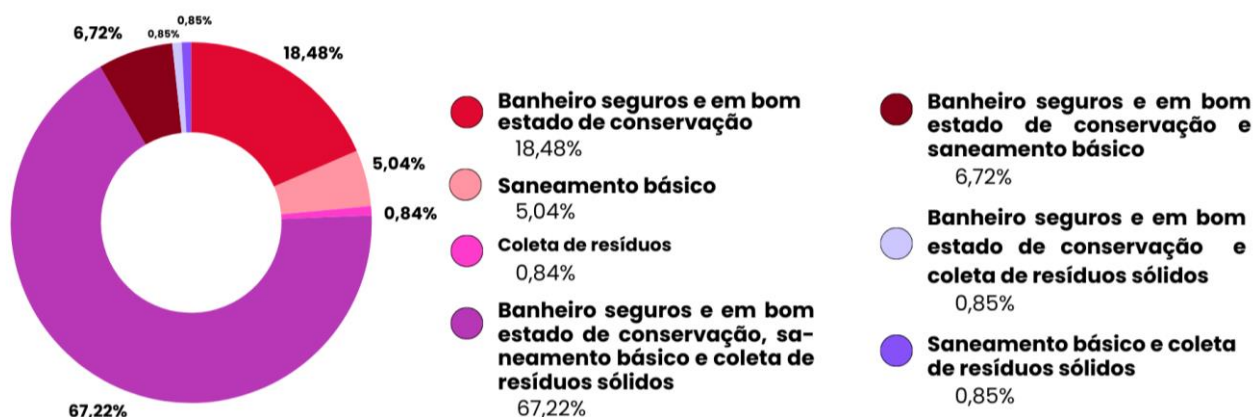
A REPRESENTAÇÃO DA POBREZA MENSTRUAL NA VIDA ESCOLAR

O acesso seguro à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, reconhecido inclusive pelas Nações Unidas desde 2010. Esse direito é essencial para a garantia de outros direitos, como a promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar social, a redução da pobreza e das desigualdades (UNICEF, 2010).

Entre 2009 e 2018, o percentual de jovens sem acesso a banheiro e esgoto caiu de 56,2% para 44,6%, e a falta de acesso à água manteve-se em torno de 3,6%. Em 2020, 3,5 milhões de crianças ainda não tinham garantia de acesso à água potável, e 21,3 milhões viviam sem saneamento básico adequado. A situação é especialmente grave nas regiões Norte e Nordeste, onde mais de 80% dos jovens carecem desses serviços básicos (UNICEF, 2010).

Nesse sentido buscou identificar o acesso à itens básicos de infraestrutura junto aos discentes menstruantes do IFAM. O gráfico 13 expõe os dados que contribuem para a dignidade menstrual quando estão disponíveis nos lares dos discentes. Os respondentes puderam escolher mais de uma alternativa: banheiros seguros e em bom estado de conservação, saneamento básico e coleta de resíduos sólidos.

Gráfico 13 - Itens de saneamento básico disponíveis em casa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Observa-se que o item mais frequente, apontado por 67,22% dos entrevistados, indica que a casa do discente é contemplada com banheiro seguro e em bom estado de conservação, saneamento básico e coleta de lixo. Em seguida, 18,48% afirmam que possuem apenas banheiro seguro e em bom estado de conservação. A opção de banheiro seguro e em bom estado de conservação somado ao saneamento básico aparece com 6,72%, seguida por saneamento básico, com 5,02%. As opções de saneamento básico e coleta de lixo, de banheiros seguros, em bom estado de conservação e coleta de lixo, estão empatadas com 0,85% cada. Ademais, 0,84% indicam apenas a coleta de resíduos sólidos.

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que a maioria das pessoas entrevistadas (67,22%) vive em condições relativamente boas, com acesso a todos os itens de infraestrutura apresentados como alternativa no questionário. Em contrapartida, o fato de apenas 18,48% mencionarem exclusivamente o banheiro em bom estado de conservação e uma porcentagem ainda menor (6,72%) combinarem esse item com saneamento básico, indica que ainda há uma parcela considerável da população estudada que não tem acesso completo a todos esses serviços. Acrescenta-se, ainda, a presença de pequenos percentuais (entre 0,84% e 5,02%) que apontam o acesso limitado ao

saneamento ou coleta de resíduos sólidos expondo desigualdades persistentes e presentes.

Mesmo que a maioria das pessoas entrevistadas tenha afirmado ter acesso às condições sanitárias relativamente adequadas, ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas, principalmente para garantir que todos tenham acesso integral a um ambiente seguro e saudável para vivenciarem de maneira digna o seu ciclo menstrual.

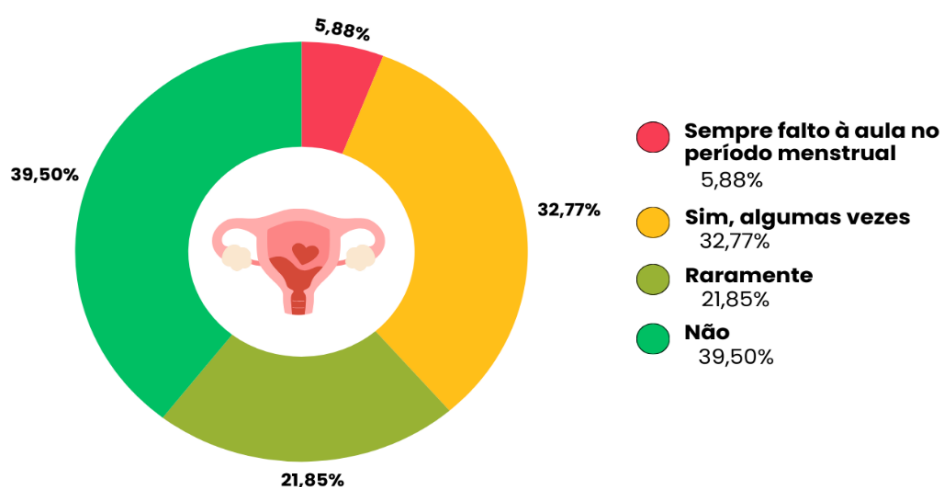
A dignidade menstrual se fortalece ainda mais a partir do momento que se entende que a menstruação é algo que faz parte da rotina das pessoas que possuem útero, que dura em média de 5 a 30 dias por mês. Também se faz necessário observar e perceber que a educação, a produtividade dessas pessoas fica comprometida, principalmente com relação ao desempenho acadêmico (BAHIA, 2021).

No gráfico 14, é possível ter uma dimensão da dinâmica da frequência escolar das pessoas entrevistadas, relatando suas experiências acadêmicas durante o seu período menstrual.

As pessoas que enfrentam os desafios da pobreza menstrual têm uma probabilidade menor de ter um desempenho acadêmico satisfatório, o que pode resultar em oportunidades limitadas no futuro, como emprego e participação em processos seletivos. Essa situação perpetua um ciclo de pobreza, onde a falta de educação e habilidades reflete diretamente na renda e na qualidade de vida (BAHIA, 2021).

Nesse cenário, questões como a dificuldade de concentração nas aulas enquanto vivenciam a dor das cólicas menstruais, a preocupação constante com “vazamentos iminentes”, a incerteza da disponibilidade de produtos de higiene íntima, evidenciam que é preciso não apenas garantir o acesso a absorventes, mas também criar um ambiente acolhedor, respeitoso que permita que essas pessoas possam sentir-se seguras e apoiadas também no ambiente escolar durante o período menstrual (BAHIA, 2021).

Gráfico 14 - Assiduidade escolar no período menstrual



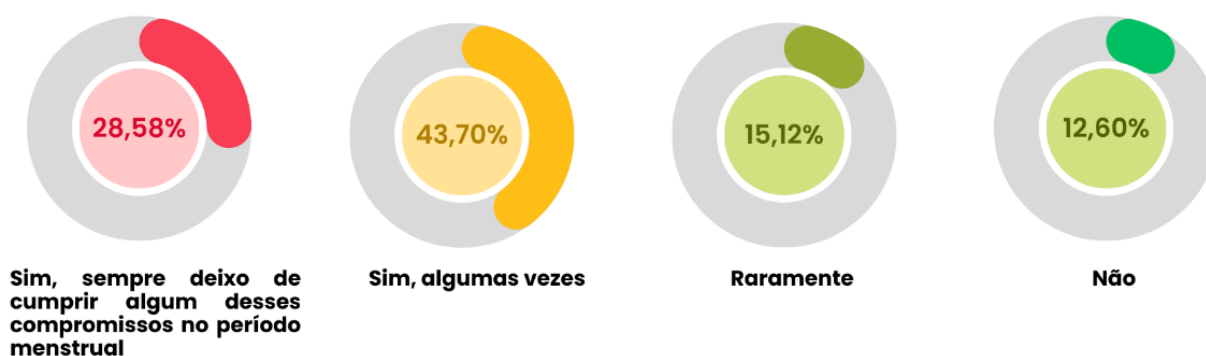
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Os dados do gráfico nº 14 mostram um equilíbrio entre os discentes que faltam e os que não faltam às aulas em função do ciclo menstrual: 39% relatam que nunca deixam de comparecer. Contudo, 32,77% mencionam ter faltado em algumas ocasiões, enquanto 21,85% admitem ter se ausentado poucas vezes, mas ainda assim devido à menstruação. Além disso, 5,88% afirmam de forma categórica que sempre faltam às aulas durante o período menstrual.

Os dados apresentados refletem um indicador importante da pobreza menstrual, evidencia que a menstruação e todas as suas nuances interferem diretamente na assiduidade, no processo de aprendizagem e na continuidade dos estudos de muitas pessoas. De modo geral, fica evidente que há um número significativo de pessoas prejudicadas, que perdem aula, e consequentemente atividades avaliativas, ficando sem notas e perdendo a oportunidade de acessar o conhecimento por conta de um evento fisiológico, a menstruação.

O cenário apresentado no IFAM Campus Itacoatiara aponta para a necessidade urgente de criação e efetivação de políticas e práticas que possam mitigar esse impacto negativo na vida das pessoas que menstruam. Além da disponibilidade de produtos menstruais no campus, a criação de um ambiente mais acolhedor, o apoio psicológico e educacional para garantir que todas as pessoas menstruantes possam participar plena e ativamente no processo educacional, independentemente do ciclo menstrual.

Gráfico 15 - Deixa de fazer atividades no período menstrual



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O gráfico 15 revela que 43,70% das pessoas entrevistadas deixaram de realizar em algum momento atividades devido à menstruação. Outros 28,58% afirmam que sempre deixam de cumprir compromissos por esse motivo, enquanto 15,12% raramente têm suas rotinas afetadas, e 12,60% jamais perderam compromissos por causa da menstruação.

A partir dessas informações é possível visualizar que a menstruação tem um impacto significativo na vida desses discentes, já que quase metade deles tem sua autonomia reduzida, afetando, em alguns momentos, suas responsabilidades diárias. Outra parcela considerável sempre deixa de honrar seus compromissos, demonstrando que o impacto é constante e significativo.

Uma parcela menor afirma que raramente é afetada, evidenciando que, embora o impacto seja menor, ainda existe. E uma minoria afirma que a menstruação nunca interferiu em seus compromissos diários.

Esses dados apontam para a necessidade de se ampliar e aprofundar o debate em torno do ciclo menstrual, furando a bolha do machismo, que tenta atrelar a temática apenas às pessoas que possuem útero. Ampliando a discussão, é possível que haja uma maior compreensão e suporte em relação ao impacto da menstruação no cotidiano das pessoas, especialmente em termos de compromissos e responsabilidades, para garantir que essa condição natural não se torne um obstáculo maior do que deve ser em suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o IFAM Campus Itacoatiara ofereça uma boa infraestrutura física, com banheiros equipados, acesso à água, sabonete, disponibilidade de absorventes em locais estratégicos, conte com a atuação de uma equipe multiprofissional sensível e engajada, alguns traços da pobreza menstrual se manifestam e repercutem de maneira significativa na vida de diversos discentes, muitas vezes pela realidade vivenciada em suas casas.

A falta de acesso contínuo aos produtos menstruais adequados, combinada com as dificuldades enfrentadas em suas residências, como a ausência de saneamento básico ou banheiros apropriados, cria um ambiente de vulnerabilidade que não pode ser invisibilizado.

Essas condições podem refletir diretamente na frequência escolar, consequentemente nas notas, na dificuldade para desenvolver projetos e na capacidade de cumprir compromissos pessoais e profissionais. A exclusão social e educacional vivida por esses indivíduos não pode ser atribuída apenas à falta de recursos materiais, mas também à carência de políticas públicas que tratem a menstruação como uma questão de saúde e dignidade humana.

Portanto, é essencial que o debate sobre a pobreza menstrual no IFAM Campus Itacoatiara seja ampliado e aprofundado, se permita fugir do óbvio, reconhecendo que a menstruação não é apenas um fenômeno biológico, mas uma questão social que requer atenção e ação contínua.

Garantir o acesso a produtos de higiene menstrual e fomentar uma cultura escolar que trate o assunto de maneira natural, envolvendo toda a comunidade, tanto aqueles que menstruam quanto os que não menstruam, pode ter um impacto positivo e significativo na redução das desigualdades identificadas na pesquisa.

Essa abordagem terá um peso enorme na tentativa de permitir que todos os estudantes se engajem plenamente na vida acadêmica, exercendo seus direitos em condições de igualdade.

REFERÊNCIAS

- ABCCOM. **Nova Pesquisa de SEMPRE LIVRE revela dados sobre pobreza menstrual no Brasil**. ABC da Comunicação, 2021. Disponível em <<https://www.abcdacomunicacao.com.br/nova-pesquisa-de-sempre-livre-revela-dadosobre-pobreza-menstrual-no-brasil/>>. Acesso em 13 de maio de 2023.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das Lutas Sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. SCIELO, São Paulo, Estudos Avançados 24 (68), p. 104, 2010.
- ACSELRAD, Henri. CAMPELLO, Cecília. MELLO, A. & BEZERRA, Gustavo. **O que é justiça ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ASSAD, B. F. **Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero**. Revista Antinomias, v. 2, n. 1, p. 140 160, junho de 2021.
- ALWAYS. **Always contra a pobreza menstrual no Brasil #MaisAbsorventesMenosFaltas**. Toluna, 2021. Disponível em <<https://www.alwaysbrasil.com.br/pt-br/sobre-nos/nossabatalha/always-contr-a-pobreza-menstrual>> . Acesso em 25 de maio de 2023.
- ANDRADE, Beatris Clair. VIEIRA Letícia. **Caderno Pedagógico. Projeto Segue o fluxo. Siga essa ideia**. Florianópolis, Santa Catarina, 2022.
- BAHIA, Letícia. **Pobreza menstrual e a educação de meninas**. GirlUp e Herself Educacional. São Paulo: SP, 2021. Disponível em: <<https://livreparamenstruar.org/sobre/>> Acesso em: 10 mar. 2023.
- BALANDIER, George. **A desordem: elogio do movimento** (Le désordre). Trad, de Suzana Martins. Bertrand Brasil, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BARROSO, Mariana Contreras et al. **As questões de gênero e o sistema ONU**. POLITIZE, 2021. Disponível em <<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/questoes-de-genero/>>. Acesso em 13 setembro de 2023.
- BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 jun. 2023.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**.Saúde Menstrual. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/saiba-o-que-e-a-menstruacao-quando-ela-acontece-e-quais-as-principais-caracteristicas>> Acesso em: 25 de agosto de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 14.214 de 06 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual**; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Brasília: DF, 2021.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14214.htm> Acesso em: 18 junho. 2023.

BRAGA, Nathália. **Falta de dinheiro impede acesso a absorventes – e o governo ignora o problema** – Estudantes perdem até 5 dias de aulas por mês por estarem menstruadas, mas não são só elas que sofrem com isso. The Intercept Brasil, 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/02/03/falta-dinheiromenstruacao-acesso-absorventes/>>. Acesso em 20 de março de 2023.

Brêtas JR, Muroya RL, Goellner MB. **Mudanças corporais na adolescência**. In: Borges AL, Fujimori E. organizadores. *Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica*. Barueri (SP): Manole; 2009. p.82-115.

BRK AMBIENTAL. **O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira**. In: Trata Brasil. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/pesquisa-mulher/relatorio.pdf>. Acesso em 08 nov. 2023.

BUENO, M. J. C. et al. **Modal fluvial na Amazônia: desafios e oportunidades**. A Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Exatas e da Terra Produção/construção e tecnologia, v. 3, n. 5, 2014. Disponível em: <<https://scientia-amazonia.org/wp-content/uploads/2016/06/v4-n3-01-12-2015.pdf>>. Acesso em: 07 de junho de 2023.

CAMPAGNA, Viviane Namur; SOUZA, Audrey Setton Lopes de. **Corpo e imagem corporal no início da adolescência feminina**. Boletim de Psicologia, 2006, 56; 09-35. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v56n124/v56n124a03.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

CÂNDIDO, Ana Carolina Davanso de Oliveira; SALIBA, Maurício Gonçalves. **Interseccionalidade e a Dignidade Menstrual: Um Diálogo Fundamental no Combate às Desigualdades**. 2022.

CARVALHO, Fabiana; FALKENBACH, Atos Prinz. **O histórico da menstruação e sua relação com a saúde da mulher**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - No 135 – Agosto. 2009. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd135/menstruacao-e-saude-da-mulher.htm>> . Acesso em: 10 setembro, 2023.

COUTINHO, Elsimar. **Menstruação, a sangria inútil: uma análise da contribuição da menstruação para as dores e os sofrimentos da mulher**. São Paulo: Gente, 1996.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. " 3 ed. " Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. Fundação Getulio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/> Acesso em: 28 de maio de 2024.

FIOCRUZ. Disponível em :
<<https://www.canalsaudefiocruz.br/canal/videoAberto/menarca-e-menopausa-precoces-LES-1917>> Acesso em: 20 de julho de 2023.

FRASER, Nancy. **Repensando o reconhecimento**. Revista Enfoques. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 114-128, ago. 2010.

FLEURITY. Blog. **Nem toda mulher menstrua X homens também menstruam**. Ano: 2023 Disponível em: <https://loja.fleurity.com.br/blogs/blog/nem-toda-mulher-menstrua-x-homens-tambem-menstruam#:~:text=Ao%20contr%C3%A1rio%20da%20identidade%20de,pessoas%20trans%20ou%20n%C3%A3o%20bin%C3%A1rias>.

GIL. Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. edição São Paulo. Atlas. 2019.

GUROVITZ, Elaine; Antônio Pedro Albernaz Crespo. **A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. ©2002 Editora: Fundação Getulio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSqTsh/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 17 de novembro de 2023.

GUADAGNUCCI, Julia; GROHMANN, Rafael. **Menstru(lu)ar: uma análise da menstruação como autoconhecimento**. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP. Disponível em: [\(63\) Menstru\(lu\)ar: uma análise da menstruação como autoconhecimento | Julia Guadagnucci - Academia.edu](#). Acesso em 10 de setembro de 2023.

HAESBAERT,R; PORTO-GONÇALVES, C.W. **A nova des-ordem mundial**. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOGAN, D. J; A. Philippi Jr., C. E. M. Tucci, **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais** / R. Navegantes. - São Paulo: Signus Editora, 2000.

HOGEMANN, Edna Raquel Rodrigues Santos; BOAS, Regina Vera Villas; SILVA, Rogerio Luiz Nery da. **Direitos sociais e políticas públicas II** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados. Itacoatiara, AM**: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/itacoatiara.html>

JACOBI, P. (2006). **DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA GESTÃO METROPOLITANA: do risco à busca da sustentabilidade urbana**. *Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais*, 25(25), 115–134. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6742>

Klug DP, Fonseca PH. **Análise da maturação feminina: um enfoque na idade de ocorrência da menarca**. Rev Educ Fís. 2006;17(2):139-47.

LIMA, P. **O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes as escolas**. Agência Notícias: Agência Senado, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual>

menstrual e-por-que-elaafasta-estudantes-das-escolas.Acessoem: 28 nov. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. . São Paulo: Atlas.2009. Disponível em:< <https://repositorio.usp.br/item/001774892>> Acesso em: 20 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Agenda da mulher**. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_mulher.pdf> Acesso em 09 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderneta de saúde da adolescente**. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_adolescente_feminina.pdf> Acesso em 09 jun. 2023.

MOREIRA, Luisa Prado Affonso. **Pobreza Menstrual no Brasil Diagnóstico e Alternativas**. Disponível em: [Artigo Luisa - Pobreza Menstrual.pdf \(fgv.br\)](#). Acesso em: Acesso em 02 de novembro de 2023.

MOTTA, Maria Carolina; Brito, Mariana. **Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes**. CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ V.24, N.1 jan-abril. 2022 | pp. 33-64. Disponível em: [file:///C:/Users/ThinkPad%2010/Downloads/53627-Texto%20do%20Artigo-187751-1-10-20220401%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ThinkPad%2010/Downloads/53627-Texto%20do%20Artigo-187751-1-10-20220401%20(2).pdf). Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

OHCHR. **Officer of the High Commissioner on Human Rights**. Gender Equality and the Human Rights to Water and Sanitation. 2020. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Water/10anniversary/Gender.pdf>, acesso em 06.06.2023.

RATTI, Claudia Ramos; AZZELLINI, Érica Camillo; BARRENSE, Heloísa; GROHMANN, Rafael. **O Tabu da Menstruação Reforçado pelas Propagandas de Absorvente**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/YjDC4m7xFGb3tT5C8tFn5BF/>>. Acesso em 05 de novembro de 2023.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. Disponível em: [O que é lugar de fala \(sindjorce.org.br\)](http://o_que_e_lugar_de_fala.sindjorce.org.br). Acesso em 03 de novembro de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA - SED SC, 2023. Disponível em : <<https://www.sed.sc.gov.br/legislacoes-estadual-e-federal/politica-prevencao-as-violencias-na-escola-335/segue-o-fluxo?format=html>> Acesso em 09 mai. 2023.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, João Victor Ferreira da. Yoanna LOPES, Danielly Victor. JÚNIOR, Vicente Celeste de Oliveira. **A Pobreza Menstrual como fator de violação de Direitos Humanos: Um olhar para Adolescentes em Ambiente Escolar**. Repositório Anima Educação. Disponível em: [A POBREZA MENSTRUAL COMO FATOR DE](#)

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS - UM OLHAR PARA ADOLESCENTES EM AMBIENTE ESCOLAR (1).pdf (animaeducacao.com.br). Acesso em 05 de novembro de 2023.

TEIXEIRA, André Luiz da Silva. **INFLUÊNCIA DAS DIFERENTES FASES DO CICLO MENSTRUAL NA FLEXIBILIDADE DE MULHERES JOVENS**. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/CwDJHts6hKJwFR9XZRMJjdJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

UNFPA; UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil**. Desigualdades e violações de direitos. 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-nobrasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>.

UNFPA. **Fundo de População da ONU e UNICEF lançam relatório sobre pobreza menstrual no Brasil**. 2021. Disponível em <https://brasil.un.org/index.php/pt-br/129009-fundo-de-populacao-da-onu-e-unicef-lancam-relatorio-sobre-pobreza-menstrual-nobrasil>.

VIEIRA, Lorena Marques Heck de Piau. LOPES, Luíza Pereira. CARVALHO, Maria Gabriela Ferreira. **Pobreza Menstrual: Uma questão de Saúde Pública. Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**. Disponível em: [POBREZA MENSTRUAL: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA | RAHIS-Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde \(ufmg.br\)](https://www.ufmg.br/revista-de-administracao-hospitalar-e-inovacao-em-saude/2023/01/pobreza-menstrual-uma-questao-de-saude-publica/). Acesso em: 05 de novembro de 2023.

XAVIER, Gabriela Lima dos Anjos. **Da pobreza à dignidade menstrual: uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil**. Repositório da UFAL. Disponível em: [Da pobreza à dignidade menstrual - uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil.pdf \(ufal.br\)](https://repositorio.ufal.br/bitstream/handle/2011-6/10000/1/Da%20pobreza%20%C3%A0%20dignidade%20menstrual%20-%20uma%20an%C3%A1lise%20da%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20das%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf). Acesso em 3 de novembro de 2023.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

O(A) seu(sua) filho(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa intitulado: **A pobreza menstrual e a violação de direitos em um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM), no interior do Amazonas** cujo pesquisador responsável é Rafael Régis Aquino Maciel, tem como orientadora a Prof^a Dr^a Marília Gabriela Gondim Rezende. O objetivo do projeto é analisar a relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual das discentes de uma instituição pública de ensino de Itacoatiara – AM. O(A) seu(sua) filho(a) está sendo convidado porque ele(a) é discente do IFAM campus Itacoatiara.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar a participação do seu(sua) filho(a) ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que ele(a) recebe no IFAM campus Itacoatiara.

Caso aceite, a participação do(a) seu(sua) filho(a) consiste em responder individualmente um questionário composto por quinze (15) perguntas de múltipla escolha. Solicitamos também sua autorização para registro de imagens e/ou gravação de voz, em caso de necessidade, que servirão apenas para ilustrar os resultados do trabalho, sendo utilizados para fins estritamente científicos. Garantimos, portanto, a confidencialidade e privacidade, a proteção da imagem de seu(sua) filho(a) e a não estigmatização de qualquer condição que se encontre, seja em relação a sua comunidade, sua autoestima, prestígio e/ou aspectos econômico-financeiros.

Existem riscos decorrentes da participação do(a) seu(sua) filho(a) neste estudo, assim como em toda pesquisa que envolve seres humanos. Nesta pesquisa os possíveis riscos são a possibilidade de se sentir constrangido e/ou desconfortável ao responder alguma das perguntas, medo ou vergonha de talvez não saber a resposta, existe ainda o risco de quebra de sigilo, anonimato na

divulgação de dados confidenciais e cansaço ao responder o questionário. Para minimizar estes riscos, nos comprometemos a evitar questões constrangedoras ou que lhe cause desconforto, e providenciaremos a realização das entrevistas em local e horário que não lhe cause nenhum transtorno. Garantimos também

total sigilo e privacidade sobre o seu nome e suas respostas durante todas as fases da pesquisa, reiterando que os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos.

Caso seja necessário, a equipe está capacitada para prestar assistência durante ou após a aplicação do questionário. E pensando em minimizar os riscos, todos os discentes serão orientados a responderem o questionário de forma individual e somente os pesquisadores envolvidos diretamente ao projeto terão acesso às respostas.

Acredita-se que os resultados dessa pesquisa possam trazer benefícios para a sociedade, principalmente para a comunidade local, entretanto não haverá nenhum benefício financeiro pela participação do(a) seu(a) filho(a).

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a participação do seu(sua) filho(a), consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Embora não haja uma compensação financeira prevista pelos patrocinadores do estudo, o(a) seu(a) filho(a) e o(a) Sr(a) tem o direito de obter indenização e cobertura material para reparação a danos causados pela pesquisa, que é um dos seus direitos legais.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa, seu filho(a).

Asseguramos ao seu(sua) filho(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade da participação do seu filho(a) e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável, Rafael Régis Aquino Maciel a qualquer tempo para informação adicional através do e-mail enf.rafael.regis@gmail.com e pelo telefone (92)9 85450011. Ou também no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET/ Universidade Federal do Amazonas – UFAM no endereço, Av Nossa Senhora do Rosário, 3863 – Bairro Tiradentes, Itacoatiara.

O(A) Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. Em virtude das medidas de isolamento social, o contato com o CEP/UFAM deve ser realizado unicamente por meio do E-mail: cep.ufam@gmail.com. O CEP/UFAM é uma comissão constituída por membros das várias áreas do conhecimento, e um representante dos usuários, que tem por finalidade a avaliação da pesquisa com seres humanos em nossa Instituição, em conformidade com a legislação brasileira regulamentada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que concordo que meu(minha) filho(a) _____ (nome completo do menor de 18 anos) participe desta pesquisa.

Itacoatiara, ____/____/____

Assinatura do Responsável Legal

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **A pobreza menstrual e a violação de direitos em um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM), no interior do Amazonas** cujo pesquisador responsável é Rafael Régis Aquino Maciel, tem como orientadora a Prof^a Dr^a Marília Gabriele Gondim Rezende. O objetivo do projeto é analisar a relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual das discentes de uma instituição pública de ensino de Itacoatiara – AM.

O(A) Sr(a). está sendo convidado porque é discente do IFAM *campus* Itacoatiara.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe no IFAM *campus* Itacoatiara. Solicitamos também sua autorização para registro de imagens e/ou gravação de voz, em caso de necessidade, que servirão apenas para ilustrar os resultados do trabalho, sendo utilizados para fins estritamente científicos. Garantimos, portanto, a confidencialidade e privacidade, a proteção de sua imagem e a não estigmatização de qualquer condição que o (a) senhor (a) se encontre, seja em relação a sua comunidade, sua autoestima, prestígio e/ou aspectos econômico-financeiros.

Caso aceite, a sua participação consiste em responder individualmente um questionário de 15 perguntas de múltipla escolha.

Existem riscos decorrentes de sua participação neste estudo, assim como em toda pesquisa que envolve seres humanos. Nesta pesquisa os possíveis riscos para o Sr(a) são, a possibilidade de se sentir constrangido e/ou desconfortável ao responder alguma das perguntas, medo ou vergonha de talvez não saber a resposta, existe ainda o risco de quebra de sigilo, anonimato na divulgação de dados confidenciais e cansaço ao responder o questionário. Para minimizar estes riscos, nos comprometemos a evitar questões constrangedoras ou que lhe

cause desconforto, e providenciaremos a realização das entrevistas em local e horário que não lhe cause nenhum transtorno. Garantimos também o total sigilo e privacidade sobre o seu nome e suas respostas durante todas as fases da

pesquisa, reiterando que os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos.

Caso precise, a equipe está capacitada para lhe prestar assistência durante ou após a aplicação do questionário. E pensando em minimizar os riscos, todos os(a) discentes serão orientados(a) a responderem o questionário de forma individual e somente os pesquisadores envolvidos diretamente ao projeto terão acesso às respostas.

Acredita-se que os resultados dessa pesquisa possam trazer benefícios para a sociedade, principalmente para a comunidade local, entretanto não haverá benefício financeiro algum pela sua participação.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Embora não haja uma compensação financeira prevista pelos patrocinadores do estudo, o(a) Sr(a) tem o direito de obter indenização e cobertura material para reparação a danos causados pela pesquisa, que é um dos seus direitos legais. Asseguramos ao Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade da sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a) pode entrar em contato com o pesquisador responsável, Rafael Régis Aquino Maciel a qualquer tempo para informação adicional através do e-mail enf.rafael.regis@gmail.com e pelo telefone (92)9 85450011. Ou também no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET/ Universidade Federal do Amazonas – UFAM no endereço, Av Nossa Senhora do Rosário, 3863 – Bairro Tiradentes, Itacoatiara.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. Em virtude das medidas de isolamento social, o contato com o CEP/UFAM deve ser realizado unicamente por meio

do E-mail: cep.ufam@gmail.com. O CEP/UFAM é uma comissão constituída por membros das várias áreas do conhecimento, e um representante dos usuários, que tem por finalidade a avaliação da pesquisa com seres humanos em nossa Instituição, em conformidade com a legislação brasileira regulamentada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a). e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Itacoatiara, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO III

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **A pobreza menstrual e a violação de direitos em um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM), no interior do Amazonas** cujo pesquisador responsável é Rafael Régis Aquino Maciel, tem como orientadora a Profª Drª Marília Gabriela Gondim Rezende. O objetivo do projeto é analisar a relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual das discentes de uma instituição pública de ensino de Itacoatiara – AM.

O(A) Sr(a) está sendo convidado porque é discente do IFAM campus Itacoatiara.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe no IFAM campus Itacoatiara. Solicitamos também sua autorização para registro de imagens e/ou gravação de voz, em caso de necessidade, que servirão apenas para ilustrar os resultados do trabalho, sendo utilizados para fins estritamente científicos. Garantimos, portanto, a confidencialidade e privacidade, a proteção de sua imagem e a não estigmatização de qualquer condição que o (a) senhor (a) se encontre, seja em relação a sua comunidade, sua autoestima, prestígio e/ou aspectos econômico-financeiros.

Caso aceite, a sua participação consiste em responder individualmente um questionário e uma avaliação composta por 15 perguntas de múltipla escolha.

Existem riscos decorrentes de sua participação neste estudo, assim como em toda pesquisa que envolve seres humanos. Nesta pesquisa os possíveis riscos para o Sr(a) são, a possibilidade de se sentir constrangido e/ou desconfortável ao responder alguma das perguntas, medo ou vergonha de talvez não saber a resposta, existe ainda o risco de quebra de sigilo, anonimato na divulgação de dados confidenciais e cansaço ao responder o questionário. Para minimizar estes riscos, nos comprometemos a evitar questões constrangedoras

ou que lhe cause desconforto, e providenciaremos a realização das entrevistas em local e horário que não lhe cause nenhum transtorno. Garantimos também o total sigilo e privacidade sobre o seu nome e suas respostas durante todas as fases da pesquisa, reiterando que os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos.

Caso precise, a equipe está capacitada para lhe prestar assistência durante ou após a aplicação do questionário. E pensando em minimizar os riscos, todos os discentes serão orientados a responderem o questionário de forma individual e somente os pesquisadores envolvidos diretamente ao projeto terão acesso às respostas.

Acredita-se que os resultados dessa pesquisa possam trazer benefícios para a sociedade, principalmente para a comunidade local, entretanto não haverá nenhum benefício financeiro pela participação do(a) seu(a) filho(a).

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Embora não haja uma compensação financeira prevista pelos patrocinadores do estudo, o(a) Sr(a) tem o direito de obter indenização e cobertura material para reparação a danos causados pela pesquisa, que é um dos seus direitos legais.

Asseguramos ao Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade da sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável, Rafael Régis Aquino Maciel a qualquer tempo para informação adicional através do e-mail enf.rafael.regis@gmail.com e pelo telefone (92)9 85450011. Ou também no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET/ Universidade

Federal do Amazonas – UFAM no endereço, Av Nossa Senhora do Rosário, 3863 – Bairro Tiradentes, Itacoatiara.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. Em virtude das medidas de isolamento social, o contato com o CEP/UFAM deve ser realizado unicamente por meio do E-mail: cep.ufam@gmail.com. O CEP/UFAM é uma comissão constituída por

membros das várias áreas do conhecimento, e um representante dos usuários, que tem por finalidade a avaliação da pesquisa com seres humanos em nossa Instituição, em conformidade com a legislação brasileira regulamentada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Este documento (TALE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Itacoatiara, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura da Orientadora

ANEXO IV
APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA (UFAM)

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Rafael.pdf	04/10/2023 12:03:08	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
Outros	Questionario_corrigidoPB.pdf	30/09/2023 20:24:39	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
Declaração de concordância	CARTA_DE_ANUENCIA_IFAMCITA_Rafael_Regis.pdf	30/09/2023 20:23:40	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
Outros	Carta_resposta_PB.pdf	30/09/2023 20:23:12	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_COMPROMISSO_PESQUISADOR_RESPONSaVEL.pdf	30/09/2023 20:22:51	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_respon_IFAM.pdf	30/09/2023 20:18:34	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_maiores_de_idade_IFAM.pdf	30/09/2023 20:18:23	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_menores_IFAM.pdf	30/09/2023 20:18:07	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado_Nova-versaoPB.pdf	30/09/2023 20:17:36	RAFAEL REGIS AQUINO MACIEL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 22 de Outubro de 2023

ANEXO V

CARTA DE ANUÊNCIA - DG/IFAM CITA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas *Campus Itacoatiara*, declara estar de acordo com a realização do Projeto de Mestrado intitulado: “Pobreza Menstrual e a violação de direitos em uma escola pública no interior do Estado do Amazonas”, neste *Campus*, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/ICET, conforme Diretrizes Legais de Pesquisa, e equipe executora:

MESTRANDO/EXECUÇÃO	COORDENAÇÃO/ORIENTAÇÃO
Rafael Régis Aquino Maciel	Prof ^a Dr ^a Marília Gabriela Gondim Rezende

Itacoatiara/AM, 30 de setembro de 2023.


 FRANCINETE SOARES MARTINS
 Assinado digitalmente por
 Francinete Soares Martins
 Port. Nº 1.715-GR/IFAM,29/12/2021
 francinete@ifam.edu.br
 AMAZONAS
 CAMPUS ITACOATIARA
Diretora Geral

Instituto Federal do Amazonas - Campus Itacoatiara
 Rodovia AM-010, km 08, Zona de Expansão, CEP 69109-899, Itacoatiara/AM,

Site: <http://www2.ifam.edu.br/campus/itacoatiara>

E-mail: gabinete.cita@ifam.edu.br.



ANEXO VI

Caro (a) discente, este questionário tem o objetivo de analisar a relação entre a vulnerabilidade social, a violação de direitos e a pobreza menstrual das discentes das instituições de ensino de Itacoatiara – AM. Sua participação é muito importante para a realização dessa pesquisa. Será garantido sigilo absoluto e os dados serão analisados e divulgados sem que sejam identificadas as pessoas pesquisadas. Agradeço sua colaboração!

Idade: _____

1. Com quantos anos ocorreu a sua 1ª menstruação? _____
2. A casa em que você mora fica na área urbana ou rural?
 - a) urbana
 - b) rural
3. Você tem acesso a água encanada na sua casa?
 - a) Sim
 - b) Não
4. Tem banheiro na sua casa? Se sim, quantos?
 - a) Não tem banheiro
 - b) 1 banheiro
 - c) 2 banheiros
 - d) Mais 3 ou mais.
5. Você tem acesso a itens de higiene menstrual na sua casa, tais como: água, sabonete, absorvente, lenço umedecido entre outros?
 - a) Sim, sempre tenho.
 - b) Sim, na maioria das vezes tenho.
 - c) Tenho às vezes.
 - d) Não, não tenho.
6. Você tem ou teve contato com alguém que NÃO tinha acesso a itens de higiene menstrual? Se sim, quem?

-
- a) Sim, já tive.
b) Sim, tenho.
c) Não, não tenho.

7. A escola em que você estuda possui banheiros em boas condições de uso?

- a) Sim
b) Não

8. Você já teve dificuldade no acesso a produtos adequados para higiene menstrual? Se sim, cite quais (absorventes, lenço umedecido, entre outros). Quais? _____

- a) Sim, sempre tenho.
b) Sim, na maioria das vezes tenho.
c) Tenho às vezes.
d) Não, não tenho.

9. Você já teve dificuldade no acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e/ou carência de serviços médicos?

- a) Sim, sempre tenho.
b) Sim, na maioria das vezes tenho.
c) Tenho às vezes.
d) Não, não tenho.

10. Assinale abaixo os itens que você tem acesso em casa:

- a) Banheiros seguros e em bom estado de conservação
b) Saneamento básico (água encanada e esgotamento sanitário)
c) Coleta de lixo;

11. Você se sente confortável para falar sobre menstruação em casa ou no ambiente em que vive?

- a) Sim, sempre.
b) Sim, na maioria das vezes.
c) Raramente.
d) Não, não me sinto confortável.

12. Você já faltou à aula por estar menstruada?
- a) Sempre faltou a aula no período menstrual.
 - b) Sim, algumas vezes.
 - c) Raramente.
 - d) Não.
13. Você já deixou de fazer alguma atividade (ir à igreja, sair com os amigos e outros) por estar menstruada?
- a) Sim, sempre deixo de cumprir algum desses compromissos no período menstrual.
 - b) Sim, algumas vezes.
 - c) Raramente.
 - d) Não.
14. Na escola em que você estuda há itens de higiene menstrual, tais como: água, sabonete, absorvente, lenço umedecido, entre outros, de fácil acesso?
- a) Sim, sempre tem.
 - b) Sim, às vezes.
 - c) Não.
15. Você já recebeu algum tipo de informação sobre a saúde menstrual, autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais? Se sim, onde? Pode marcar mais de uma alternativa.
- a) Em casa
 - b) Na escola
 - c) Na internet
 - d) Nunca recebi.